Associação dos Técnicos de
Nível Superior do Município
de Porto Alegre

DE: **MARCHEZAN**
PARA: **SERVIDORES**

Mais maldades no
PLCE nº 14/2018
página 5

PLEs: achatamento
salarial e desvalorização
do servidor
página 6

6ª Expotec - Mostra Virtual:
Tradição e inovação
de mãos dadas
página 20

Astec completa
um quarto de século
de história
página 32

CONFIRA OS BENEFÍCIOS PARA ASSOCIADOS DA ASTEC

ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA DO BANCO DO BRASIL
(51) 3217.2921
Isenção da taxa e adesão de R\$ 3.811,00 e uso das dependências, via contrato.

ASSESSORIA JURÍDICA MÁRCIO PAIXÃO & ADRIANO BELTRÃO ADVOGADOS ASSOCIADOS
(51) 3013.5855
Âmbito consultivo e contencioso com a primeira consulta gratuita.

BRASAS IDIOMAS
(51) 3028.1616
20% desconto sobre o valor total das mensalidades para turmas regulares.

CABURÉ SEGUROS
(51) 2111.5300
Consulte a seguradora para maiores informações.

CENTRO CLÍNICO GAÚCHO
(51) 3217.2921
Planos empresariais com mensalidades diferenciadas.

CIA DOS ÓCULOS
(51) 3024.0852 / 3019.0852 / 3062.0852
15% desconto em pagamentos à vista e 10% em pagamentos a prazo, em até 10x.

CLÁUDIO ROBERTO TURISMO
(51) 996.393.265
Viagens personalizadas. Descontos especiais para associados. www.claudiobertoturismo.blogspot.com.br

CONDOTTA ASSESSORIA EMPRESARIAL & ADM. DE CONDOMÍNIOS
(51) 3241.0004
Descontos especiais.

EDUCON - CENTRO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA DA PUCRS
(51) 3320.3727
Valores diferenciados nos cursos de MBA, Especialização e Extensão.

ESTÁCIO/FARGS
(51) 3214.1111 / 3341.2512
Bolsas para graduação, pós *lato sensu* e ensino a distância.

EVOLUTION - INSTITUTO DO ESPORTE E SAÚDE
(51) 2103.4630
30% de desconto em fisioterapia e 25% na academia.

FISIO LIFE
(51) 3312.2638
Fisioterapia traumato-ortopédica e remautologia com 25% de desconto para avaliação e sessão.

PSICÓLOGA JANAÍNA PINTO GOULART
(51) 992.565.034
Desconto de 40% na avaliação e orientação vocacional e de 50% no atendimento de psicoterapia.

JULIANA CENTERCLIN
(51) 3013.6339
Massoterapia, fisioterapia, pilates e ofurô. Consulte tabela de valores.

PSICÓLOGA JÚLIA CASTILHOS FLORES CRUZ
(51) 991.416.938
50% de desconto na primeira consulta e 30% nas demais consultas.

PSICÓLOGAS MARA UNGARETTI (51) 999.626.710
RITA BUONO (51) 999.776.063
50% de desconto na primeira consulta e 25% nas demais consultas.

PSICÓLOGA E PSICANALISTA ELAINE ROSNER SILVEIRA
(51) 991-953-884
Valor da consulta combinado conforme a situação financeira de cada caso.

MAXXI ODONTO
(51) 3216.3216
Serviços odontológicos mediante negociação direta com a clínica.

MINDS ENGLISH SCHOOL
(51) 3425.7800
Desconto de 40% no valor total do curso.

MOTA ADVOGADOS ASSOCIADOS
(51) 3224.2454 / 3012.2434
Desconto de 40% sobre a tabela da OAB/RS nas áreas de família, sucessão e previdenciário (privado e municipal).

PLANO VERTE SAÚDE INTEGRAL
(51) 3217.2921
Consultas médicas e exames; internação hospitalar; serviços de diagnóstico e terapias; procedimentos cirúrgicos; cobertura para parto; atendimento de urgência e emergência.

ROTA CULTURAL
(51) 3348.1649
Turismo Cultural, Rural & Ecológico.

SANTANA DE ABREU & LUBIANCA ADVOGADOS ASSOCIADOS
(51) 3019.5909 / 3321.1532
Consultoria e contencioso nas áreas de direito administrativo, previdenciário, trabalho, tributário, civil e comercial.

SEGURO JURÍDICO - DIREITO SOCIAL
(51) 3217.2921
Um novo conceito. Todas as áreas do Direito, exceto criminal. Preços especiais para associados Astec.

STB - STUDENT TRAVEL BUREAU
(51) 4001.3000
Desconto de 10% a 25% na assessoria ao intercâmbio, carteira mundial e assistência saúde.

UNIMED
(51) 3217.2921
Planos empresariais com mensalidades diferenciadas.

MAIS DETALHES SOBRE OS CONVÊNIO

Feliz Natal e que 2020 seja de valorização profissional!

Chegamos ao final do primeiro ano da Gestão Resistir e Avançar, hora de lembrar as realizações de 2019 e projetar o novo ano. Foi mais um período caracterizado pela retirada de nossos direitos pela Administração Marchezan, com o apoio de alguns vereadores mais preocupados com obtenção de CCs do que com o serviço público de qualidade.

Mas, simultaneamente a todos os movimentos que fizemos em conjunto com outras associações e o Simpa, prosseguimos com as atividades de valorização dos técnicos de nível superior e de congraçamento da categoria.

A Mostra de Trabalhos/Projetos dos Técnicos de Nível Superior da Prefeitura de Porto Alegre, promoção da Astec, em sua sexta edição, foi atualizada realizando-se por meio do nosso site e redes sociais. Com isso, a Mostra deixa de ser limitada a um tempo de exposição física em um local e passa a estar disponível o tempo todo, em qualquer lugar, por meio da internet.

O painel “O servidor público e a nova previdência”, realizado em 28 de agosto, oportunizou uma discussão profunda e responsável sobre os aspectos da reforma da previdência aplicáveis aos servidores municipais.

Permanecemos atentos aos projetos de lei em tramitação na Câmara Municipal, onde o governo pretende nos prejudicar ainda mais, como os colegas podem acompanhar diariamente no nosso site e Facebook.

No âmbito jurídico, por meio do convênio com o escritório Direito Social, tramitam ações visando à indenização pelo atraso de salários ocorrido nos anos anteriores. Nessas ações, já obtivemos uma liminar proibindo o pagamento dos vencimentos dos técnicos depois do prazo e estabelecendo multa ao governo, caso isto venha a ocorrer.

No campo da ação social, continuamos integrados ao programa “Tampinha Legal” e à campanha de arrecadação de lacres de alumínio, “Lacre Legal”. No

último quadrimestre, mais três entregas foram feitas ao Educandário São João Batista, representando uma importante contribuição para o custeio do atendimento qualificado a crianças e jovens com diferentes tipos de deficiência.

Celebramos, recentemente, um novo convênio, desta vez, com a Verte, oportunizando aos nossos sócios mais um plano de saúde cuja qualidade é reconhecida pelos municípios. Esta é mais uma opção dentre os serviços proporcionados aos técnicos pelos nossos parceiros.

O quadro social cresce, mês a mês. Novos sócios ingressam na Astec, aumentando nosso poder de reivindicação e negociação, tornando-nos mais fortes na árdua luta pela manutenção dos direitos conquistados.

É um grande orgulho para nós permanecermos atuantes por mais de um quarto de século e, neste número de nossa revista, contar como foi a nossa festa de 25 anos, na qual homenageamos os que se aposentaram no período julho de 2018 a junho de 2019 – justo tributo àqueles que atuaram no município de Porto Alegre colaborando, com sua dedicação e competência técnica, para uma melhor qualidade de vida dos porto-alegrenses.

Tudo isto e muito mais, os colegas poderão acompanhar neste número da Revista da Astec, nas versões impressa e digital, bem como, diariamente, por meio do nosso site e redes sociais. Além disso, estamos sempre à disposição, na sede da entidade.

Desejamos a todos um Natal muito feliz, junto a seus familiares e amigos, e um 2020 muito melhor do que têm sido os últimos anos, com realizações, com valorização dos técnicos de nível superior da Prefeitura e, principalmente, com a escolha de um novo prefeito que, ao contrário do atual, reconheça o nosso valor e faça o melhor para todos os cidadãos nesta cidade.

Eng. Civil Sérgio Luiz Brum

Presidente da Astec
Gestão 2019/2020

- 02 **Convênios** da Astec
- 03 Palavra do **Presidente**: Feliz Natal e um ótimo 2020!
- 05 Mais maldades no **PLCE nº 14/2018**
- 06 **Projetos de Lei** do Executivo buscam achatamento salarial [...]
- 09 **O ataque** ao serviço público
- 10 **A falta d'água** na zona sul e Lomba do Pinheiro [...]
- 12 A importância do **nosso voto**
- 14 **Dieta** Low Carb
- 16 Introdução à **Ciência Atuarial** Aplicada ao RPPS
- 19 **Cultura**: Eventos realizados em 2019 nas **bibliotecas** [...]
- 20 **6ª Expotec** – Mostra Virtual: Tradição e inovação de mãos dadas
- 30 Verdade sobre as **finanças** da Prefeitura de Porto Alegre
- 31 Astec realiza **Painel**: “O servidor público e a nova previdência”
- 32 **Festa Astec**: Um quarto de século de história
- 34 **Notícias** da Astec
- 36 **Voluntariado**: Uma vivência emocionante
- 37 **Hobby**: Transformando a frustração em produtividade
- 38 **Gastronomia**: Cordeiro com Molho de Morangos Picante
- 39 **Instruções** aos autores para publicação de artigos [...]

ACESSE A EXPOSIÇÃO VIRTUAL
Artigos, comunicações e literatura
www.astecmpa.com.br

Revista da Astec v. 19 n. 45, dezembro de 2019 – ISSN 2317-6407
Publicação semestral da **ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE (ASTEC)** - Fundada em 08 de junho de 1994

Rua Barão do Triunfo, 419 / Conj. 304
Bairro Menino Deus, CEP 90130-101
Porto Alegre, RS, Brasil
(51) 3217-2921
✉ atendimento@astecmpa.com.br
📍 www.astec.pmpa.com.br
📘 www.facebook.com/astecmpa

MISSÃO: Buscar a valorização profissional dos técnicos de nível superior do Município de Porto Alegre. **VISÃO:** Ser referência como entidade associativa eficaz na defesa dos profissionais de nível superior da Prefeitura de Porto Alegre. **VALORES:** Ética, credibilidade e transparência / Dedicção, responsabilidade e organização / Comprometimento, conhecimento e cordialidade / Respeito nas relações das diversas áreas profissionais.

GESTÃO 2019/2020

DIRETORIA EXECUTIVA **Presidente:** Eng. Civil Sérgio Brum **Vice-Presidente:** Eng. Agr. Irineu Foschiera **Diretora Administrativa** Adm. Márcia Caruchinski da Silva **Diretor Financeiro:** Eng. Civil Carlos Bernd **Diretora Cultural:** Bibl. Carmem Von Hoonholtz **Diretora de e Relações Trabalhistas e Sindicais:** Rel. Públ. Rita Becco **Diretor de Relações com Aposentados e Pensionistas:** Enf. Maristela Fiorini

CONSELHO DELIBERATIVO **Presidente:** Jorn. Adroaldo Corrêa (Previmpa I) **Vice-Presidente:** Tec. Com. Social Cristine Rochol (SMS)

CONSELHEIROS **Previmpa I:** Enf. Lurdes Maria Toazza Tura, Jorn. Adroaldo Bauer Spindola Córrea, Eng. civil João Pedro Chaves Nunes, Eng. civil Adinaldo Soares de Fraga, Enf. Patricia Couto Wiederkehr, Adm. Raul Federico Giacobone, Biól. Flávio Barcelos **Previmpa:** Atuário Dalvin Gabriel José de Souza **SMS:** Téc. com. soc. Cristine Rochol, Adm. Alberto Miotto Gabelini **SMIM:** Eng. civil Augusto Renato Ribeiro Damiani **SMAMS:** Arq Gislaíne Lopes Meneses, Biól. Cláudia Barros da Silva Lima, Eng. civil Juliana Braz Frediani, Eng. Quím. Lícia Nardin Schuch **SMPG:** Arq. Maria Erni Coutinho Marques, Arq. Maria Erni Coutinho Marques **SMDE:** Eng. civil Alceu Ferreira Junior

CONSELHO FISCAL **Presidente:** Econ. Marisa Ney Santos Pinho **Conselheiros** Adm. Margareta Baumgarten, Adm. Jardel de Borba Cunha

COMISSÃO EDITORIAL **Presidente:** Eng. Civil Sérgio Brum **Diretora Cultural:** Bibl. Carmem von Hoonholtz **Redação:** Jorn. responsável Ruvana De Carli (Reg. Prof. MTb/RS 5534)

4 Revista da Astec, n. 45, dez. 2019

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO – Bibliotecária responsável Eliete Mari Doncato Brasil CRB nº 10/1184
Conforme a Resolução Conselho Federal de Biblioteconomia nº 184/2017

R454 Revista da Astec.-- Vol. 6, n. 25 (maio 2009)- -- Porto Alegre, RS: Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre, 2009--.

Semestral.
Continuação a partir de 2009 de: Jornal Astec.
ISSN 2317-6407
Disponível na versão online.

1. Gestão pública municipal – Periódicos
2. Notícias – Porto Alegre
2. Trabalhos científicos – Porto Alegre.
3. Trabalhos – Porto Alegre.
1. Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

CDU 352(816.51)(05)

Indexada no Sistema Pergamum – Catálogo Bibliográfico Online da Rede de Bibliotecas da Prefeitura Municipal de Porto Alegre disponível em <http://pergamum.procempa.com.br/biblioteca/index.php>

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente a opinião da Astec.

Instruções para publicação de artigos estão disponíveis no site da Astec: www.astecmpa.com.br
É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos, desde que seja citada a fonte.

Distribuição gratuita com circulação dirigida

Tiragem: 1.300 exemplares
Impressão: Gráfica Comunicação Impressa

Projeto, arte e edição: Stampa Comunicação Corporativa
www.stampa.com.com.br • eliane@stampa.com.com.br
(51) 3023.4866 • (51) 9.9173.3164

Foto de capa: Freepik

Banco de imagens: Fotolia, Shutterstock, Freepik, Pexels e Visualhunt

Mais maldades no PLCE nº 14/2018

A Câmara Municipal aprovou, no último dia 11 de novembro, o Projeto de Lei Complementar do Executivo (PLCE) nº 14/2018, que dispõe sobre a gestão fiscal, com a finalidade de alcançar o equilíbrio financeiro das contas públicas. Essa lei atinge diretamente a remuneração dos municipais, na medida em que estabelece regramento visando limitar o crescimento da despesa com pessoal. Para entender, é preciso, antes, compreender o conceito de Receita Corrente Líquida (RCL), assim definida na Lei Complementar Federal 101: *Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidas nos municípios a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira de previdência.*

De acordo com o PLCE nº 14/2018, a despesa com pessoal pode ser de, no máximo, 54% da RCL para o Executivo e de 6% para o Legislativo. A mesma lei veda aumentar a despesa com pessoal seis meses antes do fim do mandato.

Se a despesa com pessoal atingir 51,3% da RCL ficam proibidos: aumentos, reajustes ou adequação da remuneração, salvo a “revisão geral anual” prevista na Constituição Federal; a criação de cargos; a alteração nas carreiras; o pagamento de horas extras não previstas em orçamento; e a nomeação de novos servidores, exceto para substituir aposentadorias ou falecimentos nas áreas de educação, saúde e segurança.

Se a despesa com pessoal atingir 54% da RCL em um exercício, no exercício seguinte o gestor fica obrigado a: reduzir 20% nas despesas com CCs; exonerar servidores não estáveis; se ainda não for suficiente para reduzir, deve exonerar servidores estáveis.

Se na data de promulgação desta Lei a despesa com pessoal for superior aos limites descritos acima, o gestor deverá tomar essas medidas nos dois quadrimestres seguintes à promulgação, sendo que um terço deverá ocorrer no primeiro quadrimestre.

Caso os investimentos da prefeitura sejam menores que 10% da RCL, no exercício seguinte a despesa com pessoal não poderá exceder a do exercício corrente, corrigida pelo IPCA e com valor limitado a 75% do crescimento da RCL no período, exceção feita à despesa gerada pela revisão geral anual prevista na Constituição.

Na justificativa, o Executivo anexa quadros em que aponta que, em 2017, o comprometimento da RCL com pessoal foi de 50,86% somente na sua esfera, mas, somadas as empresas e o IMESF, essa relação é de 58,03%. Interessante é que não anexa os números de 2018. Foi aprovada também uma emenda que determina que as receitas de autarquias, fundações e empresas sejam somadas para determinação da relação entre despesas de pessoal e RCL.

Na justificativa do PLCE nº 14/2018, enviada à Câmara Municipal pelo prefeito, constam os valores apurados até 2017, em que a relação entre a despesa de pessoal, consideradas empresas e IMESF, são de 58,03%, e estaríamos já na condição de: proibição de criação de cargos; proibição na alteração nas carreiras; vedação do pagamento de horas extras não previstas em orçamento; vedação da nomeação de novos servidores, exceto para substituir aposentadorias ou falecimentos nas áreas de educação, saúde e segurança; obrigatoriedade de reduzir 20% nas despesas com CCs; obrigatoriedade de exonerar servidores não estáveis; e se ainda não for suficiente para reduzir, obrigatoriedade de exonerar servidores estáveis.

Mas, de acordo com o Balanço das Finanças Públicas, publicado no site da Secretaria Municipal da Fazenda, houve um decréscimo na relação entre a RCL e as despesas de pessoal, conforme o gráfico abaixo:

Fonte: PORTO ALEGRE (2018)

De acordo com esse gráfico, em uma visão otimista, as medidas aprovadas no PLCE nº 14/2018 ainda não poderão ser aplicadas, mas permanecem como uma ameaça aos servidores.

Após mais de quatro anos sem reposição salarial, tendo sofrido atraso no pagamento e após um brutal ataque às carreiras pela eliminação de avanços e gratificações adicionais, os servidores se deparam agora com o risco de permanecerem com as remunerações congeladas e até mesmo de serem demitidos.

E, perante esse quadro, se perguntam: O que o governo municipal está fazendo para aumentar a Receita Corrente Líquida? Será que o preço do ajuste deve ser pago somente pelos servidores?

Tabela 1: Despesa com Pessoal – Poder Executivo

Valores nominais (Em mil R\$)

Ano	Receita corrente líquida	Despesa com pessoal	Relação DP/RCL em %
2014	4.644.736	2.147.239	46,23
2015	4.924.554	2.351.907	47,76
2016	5.206.928	2.562.719	49,22
2017	5.348.719	2.720.175	50,86
2018	5.678.985	2.762.346	48,64

Fonte: PORTO ALEGRE (2018). Balanço das Finanças Municipais

REFERÊNCIA

PORTO ALEGRE. Câmara Municipal. **Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 14/18**. Dispõe sobre as normas de finanças públicas no âmbito do município de Porto Alegre, voltadas para a responsabilidade, qualidade e transparência na gestão fiscal com a finalidade de alcançar o equilíbrio financeiro das contas públicas. Proc. 01085/18 - PLCE 14/18. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/134711>. Acesso em: 17 dez. 2019.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Balanço das finanças públicas**. Porto Alegre: 2018. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/prmpa/prefpoa/smf/usu_doc/balanco_das_financas_publicas_2018.pdf. Acesso em: 17 dez. 2019.

Projetos de **Lei do Executivo** buscam achatamento salarial e desvalorização do servidor público

Administradores associados à Astec e a Acespa

Desde 2017, os servidores públicos municipais de Porto Alegre foram, gradualmente, perdendo o poder de compra de sua remuneração, em decorrência de medidas adotadas pela atual gestão da Prefeitura. Verifica-se um contínuo achatamento nos seus respectivos salários, visto que não ocorreu mais nenhum reajustamento salarial durante 3 anos, aproximadamente, em desacordo com o previsto na Constituição Federal, art. 37, inciso X, o que provocou perdas na ordem 12,61%, no período de maio de 2016 a abril de 2019, e mais 8,85% de perdas históricas referentes a gestões passadas. Ocorreram, também, nos anos de 2017 e 2018, parcelamentos no pagamento dos salários.

Sendo assim, os servidores públicos municipais estão submetidos ao congelamento da remuneração, bem como a outras medidas adotadas pela atual gestão:

a) o aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14%;

b) propostas como o Projeto de Lei Complementar do Executivo (PLCE) nº 08/2017 e, no final, o PLCE nº 02/2019, que resultou na aprovação da Lei Complementar nº 851/2019.

Destacamos o PLCE nº 08/2017, o qual possibilitaria a retirada de regimes de trabalho por parte da gestão e resultaria em desconvoações para regime de trabalho que poderiam reduzir em 50% a remuneração no caso de algumas categorias, além de fragilizar a autonomia técnica dos servidores de nível superior, que, em sua maioria, trabalham com dedicação exclusiva ao Município e, em decorrência, à sociedade. Observe-se que, não fosse por uma inédita articulação dos municipais, por meio de suas associações e sindicato, esclarecendo o Legislativo sobre os efeitos avassaladores da implementação, o PLCE nº 08/2017 teria sido aprovado conforme foi proposto no início.

Mantendo o diapasão das ações executadas em 2019, a gestão municipal conseguiu a aprovação do PLCE nº 02/2019, Lei Complementar nº 851/2019, com as seguintes medidas, já demonstradas pela Associação dos Administradores, Contadores, Economistas e Estatísticos do Serviço Público Municipal de Porto Alegre (Acespa), em seu site, www.acespa.com.br:

1) Extinguir os adicionais por tempo de serviço de 15% para 15 anos e 25% para 25 anos não cumulativos e completos, dedicados ao serviço público, a contar da data de publicação.

Regra de transição: prevê que os atuais servidores podem perceber de 1% até 14% (aqueles que ainda não completaram 15 anos de tempo de serviço); e de 16% a 24%

(aqueles que ainda não completaram 25 anos de tempo de serviço). Importante frisar que esses percentuais não são cumulativos.

2) Substituir a concessão da vantagem denominada “avanços” (triênios) de 5% do vencimento básico de cada servidor, a cada três anos, para 3% a cada cinco anos, a contar da data da publicação. Além disso, só valerá para esta concessão o tempo de serviço público exclusivamente prestado no Município, ou seja, não valerá mais cômputo de tempo estranho ao Município, para fins de concessão desta vantagem.

3) Ampliar consideravelmente o tempo da incorporação das funções gratificadas (FGs) ou gratificações de função e congelamento de valores:

a) o tempo para incorporação da FG passa a ser de 25 anos para a mulher e 30 anos para o homem, sendo que o valor de percepção passa a ser 0,033% (1/30 avos) ou 0,0285% (1/35 avos) por ano, até integralizar esse período. Na prática, extingue a incorporação integral, pois, dificilmente, um servidor estará designado por 25 ou 30 anos para a mesma função gratificada;

b) não incidirá mais vantagem alguma sobre a função gratificada percebida pelo servidor, pois passará a ser concedida em parcela individual;

c) para a classe de cargo de professores, esse período será reduzido em cinco anos, ou seja, vale 20 anos para sexo feminino e 25 anos para sexo masculino, desde que o servidor comprove que esteve em efetivo exercício em funções de magistério, durante esse período.

Obs: extingue a possibilidade de incorporação de FGs como ocorre atualmente. A incorporação das FGs passa a ser somente no valor da parcela individual, sem qualquer reajustamento, ou seja, o valor fica congelado.

4) Transforma, quanto aos regimes de trabalho, os percentuais percebidos em decorrência dos regimes de trabalho: Regime de Dedicação Exclusiva (RDE), Regime de Tempo Integral (RTI), Regime Suplementar de Trabalho (RST) e Regime Complementar de Trabalho (RCT) em parcela individual, na qual o reajuste será apenas pelo percentual relativo às revisões gerais dos vencimentos sem quaisquer outras incidências;

OBS: essa nova regulamentação aplica-se aos ativos, bem como aos aposentados.

5) Extinguir a gratificação por avanço-prêmio, que é uma vantagem concedida para servidores que completaram 35 anos de serviços prestados ao Município (quando do sexo masculino) e 30 anos (quando do sexo feminino), sendo o valor equivalente a dois avanços (5% + 5%).

Logo, se verifica que não há reconhecimento do trabalho dos servidores públicos, pois questões como a valorização por mérito, que é a progressão funcional ou ascensão de carreiras (correspondente ao biênio 2012/2014) está atrasada há alguns anos, tendo a listagem no Diário Oficial do Município sido publicada somente em novembro de 2019.

Os servidores públicos municipais trabalham em diversas frentes para a sociedade, no atendimento a demandas que se inserem na missão institucional da Prefeitura junto aos municípios, formando um quadro qualificado e com experiência, o que deveria torná-lo reconhecido como colaborador na execução das ações da Instituição.

As pessoas são um ativo da organização e deveriam ser consideradas um patrimônio de experiência, de conhecimento. No portal administradores.com.br, é citado: “É função das empresas se preocuparem com o desenvolvimento intelectual e psicológico de todos os seus funcionários, fornecendo a eles capacitação, investindo em educação e desenvolvimento profissional, investir no desenvolvimento intelectual do funcionário é muito importante, porque o torna cada vez mais capacitado, melhorando seu trabalho e o atendimento aos clientes. Sendo capaz de melhorar o ambiente de trabalho com inovações tecnológicas, sociais, políticas, culturais e econômicas, permitindo que os empregados trabalhem com o coração e inteligência e não apenas com músculos e obrigação.”

Face ao exposto, encontramos um cenário de desvalorização, onde faltam reconhecimento e diálogo, afetando um quadro de servidores qualificado e com experiência na prestação de serviços ao Município, que deveria ser considerado como um patrimônio da Prefeitura e não somente como fonte de despesas/custos.

Portanto, compete a nós servidores, jamais nos esquecermos de que temos valor, lembrando da luta pela criação da Gratificação de Incentivo Técnico (GIT), cujo lema era “Eu tenho valor”, que nunca foi tão atual!

Sabemos quem somos, sabemos da nossa capacidade técnica, temos trajetória profissional como servidores públicos municipais e que essa consciência sempre nos inspire em nossas atividades, em nosso dia a dia!

As pessoas são um ativo da organização e deveriam ser consideradas um patrimônio de experiência, de conhecimento.

REFERÊNCIAS

FREITAS, Robson. **A importância da gestão de pessoas nas empresas**. 2013. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/a-importancia-da-gestao-de-pessoas-nas-empresas>. Acesso em: 27 nov. 2019.

PORTO ALEGRE. Lei Complementar nº 851, de 12 de junho de 2019. Altera o caput do art. 122, inclui arts. 37-A, 122-A e 129-A na Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985 – que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores; inclui art. 39-A na Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002 – que dispõe sobre o Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre, disciplina o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores; e revoga os arts. 79, 124, 125, 126, 127, 127-A, 129 e 130 da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985; o art. 39 da Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002; os §§ 1º e 2º do art. 43, os §§ 1º e 2º do art. 43-A, o art. 43-B e o art. 43-C da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988; os §§ 1º e 2º do art. 44, o art. 44-A e o art. 44-B da Lei nº 6.203, de 3 de outubro de 1988; os §§ 1º e 2º do art. 32, o art. 32-A e o art. 32-B da Lei nº 8.986, de 2 de outubro de 2002; os §§ 1º e 2º do art. 45, o art. 45-A e o art. 45-B da Lei nº 6.310, de 28 de dezembro de 1988; os §§ 1º e 2º do art. 43, o art. 43-A e o art. 43-B da Lei nº 6.253, de 11 de novembro de 1988; e os §§ 1º e 2º do art. 32, o art. 32-A e o art. 32-B da Lei nº 6.151, de 13 de julho de 1988. **DOPA 17/06/2019**. Disponível em: <http://leismunicipa.is/xdslg>. Acesso em: 3 dez. 2019.

PORTO ALEGRE. Câmara Municipal. **Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/17**. Dispõe sobre os cargos efetivos das carreiras da administração tributária, inclui o art. 38-a na Lei Complementar nº 765, de 8 de julho de 2015, revoga os §§ 10 e 15 do art. 32 da Lei Complementar nº 765, de 8 de julho de 2015, determinando a inaplicabilidade de disposições da lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988 e dá outras providências. Proc. nº 01811/17 – PLCE nº 008/17. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/132126>. Acesso em: 4 dez. 2019.

PORTO ALEGRE. Câmara Municipal. **Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 02/2019**. Altera o caput do art. 122, inclui o art. 37-a, o § 3º e 4º ao art. 122-a, o art. 129-a e o parágrafo único ao art. 131, revoga os arts 79, 124, 125, 126, 127, 127-a, 129, 130, 133 todos da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985, que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre; inclui o art. 39-a e revoga o art. 39 da lei complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002; revoga os §§ 1º e 2º do art. 43, os §§ 1º e 2º do art. 43-a, o art. 43-b e o art. 43-c, da lei nº 6309, de 28 de dezembro de 1988; os §§ 1º e 2º do art. 44, o art. 44-a e o art. 44-b da Lei nº 6.203, de 3 de outubro de 1988; os §§ 1º e 2º do art. 32, o art. 32-a, o art. 32-b da lei nº 8.986, de 02 de outubro de 2002; os §§ 1º e 2º do art. 45, o art. 45-a, o art. 45-b da Lei nº 6.310, de 28 de dezembro de 1988. Processo nº 00044/19 - PLCE nº 002/19. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/135088>. Acesso em: 3 dez. 2019.

Explicações dos Demonstrativos de Perdas Salariais com o advento do PLCE nº 02/2019 por meio de gráficos.

Os gráficos utilizados demonstram algumas situações dos servidores por faixas salariais.

Gráfico 1: Novo Plano X Atual Plano de Carreira. Evolução ao longo de 40 anos de trabalho. Exemplo - Nível Médio 6A

Notas: Temos, no gráfico nº 1, nível médio 6, letra “A”, corresponde a um servidor com padrão salarial, por exemplo, detentor do cargo de Assistente Administrativo, em início de carreira, cujo básico, atualmente é de R\$ 1.344,71 (foram consideradas 40 horas semanais de trabalho).

Fonte: dos autores

Gráfico 2: Novo Plano X Atual Plano de Carreira. Evolução ao longo de 40 anos de trabalho. Exemplo - Nível Superior A

Notas: O gráfico nº 2, nível superior, letra “A”, corresponde a um servidor com padrão salarial, por exemplo, detentor do cargo de Engenheiro, em início de carreira, cujo básico, atualmente é de R\$ 2.257,76 (foram consideradas 40 horas semanais de trabalho).

Fonte: dos autores

Gráfico 3: Novo Plano X Atual Plano de Carreira. Evolução ao longo de 40 anos de trabalho. Exemplo - Professor M5 A

Notas: O gráfico nº 3, nível M5, letra “A”, detentor do cargo de Professor, corresponde a um servidor com padrão salarial, em início de carreira, cujo básico, atualmente é de R\$ 2.658,48 (foram consideradas 40 horas semanais de trabalho).

Fonte: dos autores

O ATAQUE AO SERVIDOR PÚBLICO

Por Paulo Müzell

Suprimiram direitos trabalhistas, atacaram o direito do trabalhador à aposentadoria, decretaram um brutal congelamento dos gastos públicos em educação, saúde e assistência social. Estão entregando o patrimônio nacional a estrangeiros, multiplicam-se as terceirizações, as parcerias público-privadas (PPPS), dentre outras maldades que o golpe de 2016 viabilizou. Não foi o suficiente. O funcionalismo é o próximo alvo, o novo bode expiatório. Favorecido por preconceitos e dados falsos, o governo Bolsonaro avança na destruição do Estado brasileiro.

Alegam que o Brasil tem funcionários públicos em excesso: não é verdade. Temos 12 milhões de trabalhadores no serviço público, número que corresponde a 12% das pessoas que trabalham. Nos países desenvolvidos que fazem parte da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o percentual médio atinge 21%. Nos Estados Unidos, país que tem alto índice de privatização dos serviços de saúde e educação, o percentual é de 16,4% e, nos países escandinavos – Suécia, Dinamarca e Noruega – o percentual supera os 29%.

Nossa reacionária direita adora o deus mercado, não o abandonou porque nunca teve um projeto de nação e desmonta a estrutura técnica e administrativa do Estado para beneficiar um setor financeiro que concentra lucros cada vez maiores. Nunca conseguimos superar a dicotomia casa grande-senzala, a maldição de Avis, como lembra Mino Carta.

Os dados da última pesquisa de amostra domiciliar do IBGE revelam que metade da população brasileira vive com uma renda média mensal de 820 reais. Temos 13 milhões de desempregados e mais de 38 milhões de pessoas na informalidade. O coeficiente de Gini, instrumento de medida da distribuição de renda, revela que o País atingiu o mais elevado nível de concentração da sua história. Os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Como amenizar as péssimas condições de vida da imensa maioria dos brasileiros sem que o setor público mantenha programas de renda mínima e sistemas de educação e saúde que ofereçam serviços gratuitos e de boa qualidade? A população de rua aumenta assustadoramente, temos que multiplicar os recursos da assistência social. O aumento da desigualdade torna cada vez mais necessária a intervenção do Estado para redistribuir renda – criar mais empregos e implementar uma política de aumentos reais dos salários, especialmente do mínimo – único caminho para a retomada do desenvolvimento.

O golpe de 2016 – na contramão da história – agravou a recessão e aumentou o desemprego no País. Move um ferroz ataque ao servidor e ao serviço público, aproveitando o preconceito existente na opinião pública, alimentado pela grande mídia. Batem insistentemente nas mesmas teclas: “há servidores demais”, “ganham salários nababescos”, “têm privilégios inaceitáveis”, “são incompetentes e ineficientes”. Na verdade, a má imagem do serviço público é herança do longo período em que não existia o concurso público e imperavam as nomeações políticas, o apadrinhamento, o nepotismo. Há, ainda, desvios que devem ser corrigidos – excesso de cargos em comissão, salários elevadíssimos combinados com vantagens inaceitáveis, especialmente, nos poderes Judiciário e Legislativo. Há enorme desigualdade entre os salários dos poderes e dos entes federados – União, Estados e Municípios. O salário médio do Judiciário federal supera os 16 mil reais, o dos servidores do poder Executivo é de apenas a metade: 8 mil. Nos estados, a média é 5 mil reais; nos municípios, apenas 3 mil. A aposentadoria integral, que só existia no regime de repartição simples (do funcionalismo público), está chegando ao fim. A reforma da previdência está limitando o valor máximo ao teto do INSS (dos celetistas, regime geral).

O congelamento dos gastos públicos resulta em “enxugamento” do poder público: funcionários se aposentam e não são repostos; concursos públicos não são realizados; programas de treinamento de pessoal são abandonados. Há insuficiência de equipamentos e de materiais indispensáveis ao bom funcionamento dos hospitais e das escolas. As universidades públicas são ameaçadas pelo “future-se”. Os salários são congelados, avança a terceirização, serviços são privatizados via PPPs ou entregues a ONGs. Os planos de carreira estão sendo mutilados; paira nova ameaça numa lei que amplia a possibilidade da demissão do concursado por “insuficiência”. É a fraude da meritocracia.

O serviço e o servidores públicos têm um papel fundamental em qualquer país. Devem fiscalizar a atuação dos governantes, denunciar irregularidades, preservar a memória das políticas públicas. O serviço público deve ser melhorado e não destruído. Enfraquecê-lo é passo importante para consolidar a hegemonia desse neoliberalismo apátrida.

PAULO MÜZELL

✉ pmuzell@uol.com.br

Economista aposentado da PMPA

A falta d'água na zona sul e Lomba do Pinheiro e a atuação dos técnicos do DMAE nas soluções

O PROBLEMA

Atualmente, em especial, em dias quentes, a população dos bairros da zona sul e da Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, vem enfrentando problemas de falta d'água, ocasionados pelo aumento do consumo. Essa situação tende a se agravar ao longo dos próximos anos, em função do crescimento populacional mais concentrado – de 17 a 25% do total do município – nessas regiões, com vastas áreas desocupadas e grande ocupação irregular.

AS ANÁLISES

Conforme já previa o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de 2015, elaborado pelos técnicos do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), a área com maior deficiência de abastecimento é atendida pelo Sistema Belém Novo. No documento, se destacava o considerável crescimento dos últimos anos, acompanhando o crescimento da Capital no sentido da zona sul. Observava-se, também, um elevado número de novos empreendimentos, loteamentos e condomínios. Com todo esse cenário de expansão na zona sul de Porto Alegre e também nas áreas do Bairro Lomba do Pinheiro, hoje incorporados ao Sistema Belém Novo, constata-se ser fundamental a realização de obras de ampliação nesse sistema, já que a Estação de Tratamento de Água (ETA) atual e muitas das unidades existentes (Bombeamentos) não comportariam o acréscimo de demanda dos anos seguintes. O documento afirmava, ainda, que havia necessidade de implantação de uma nova ETA na região e uma série de obras para compor um novo sistema de abastecimento (Sistema Ponta do Arado), ficando na área abastecida os bairros Belém Novo, Lami, Ponta Grossa, Espírito Santo, Campo Novo, Chapéu do Sol, Restinga, Lajeado, Lomba do Pinheiro, Agronomia e Hípica (em parte da área).

DMAE Infográfico

Obras para melhoria de distribuição da água e interligação de sistemas

comunicação@dmae

Fale com o DMAE

f/DmaePortoAlegre

@dmaepoa

156 opção 2

Fonte: Elaborado por técnicos do DMAE (2016)

O QUE ACONTECEU DEPOIS

O PMSB, em seu volume II, prevê uma série de obras, pensadas pelos técnicos, servidores de carreira do DMAE, para encaminhamento das soluções para o abastecimento de água do Sistema Belém Novo. Com base neste plano, todos os esforços foram concentrados para a implementação dessas soluções, independentemente da gestão da Prefeitura, já que as soluções definitivas para problemas destas dimensões dependem de ações de médio e longo prazos, que passam gestões.

Já, em 2016, iniciaram-se ações como a instalação de novo reservatório na Restinga, implantação da adutora DN 1.000mm Belém Novo-Restinga, substituição de aproximadamente 50 km de redes na Restinga e busca de recursos para financiamento da construção da nova ETA Ponta do Arado.

Dada a dimensão e complexidade das obras, verificou-se que seriam necessários de quatro a cinco anos para a solução definitiva do problema.

O QUE FAZER ENQUANTO ISTO

Com o propósito de buscar soluções alternativas, os técnicos do DMAE criaram um Grupo de Trabalho Técnico (GT), a fim de discutir ações pontuais que poderiam trazer soluções de curto e médio prazos. Assim, surgiram alternativas de mudanças dos limites de abastecimento do Sistemas Menino Deus e Belém Novo, a fim de reforçar a adução de água para a Lomba do Pinheiro. Com a mudança de gestão, em 2017, foram tomadas decisões administrativas que acabaram impactando e estagnando o andamento de alguns processos de aquisição de materiais e contratação de serviços, atrasando, dessa forma, alguns encaminhamentos para o enfrentamento da falta de água nas zonas leste e sul da cidade.

Graças à atuação dos técnicos do DMAE, foram feitos diversos alertas, através da imprensa e na Câmara Municipal, de que as decisões tomadas pela nova administração da Prefeitura estavam trazendo prejuízos devido aos atrasos nos encaminhamentos das soluções que amenizariam o desabastecimento nessas áreas da cidade.

Em 2018, o GT, após análises dos dados operacionais dos subsistemas de abastecimento, concluiu que as ações sobre os limites dos sistemas Menino Deus e Belém Novo não seriam suficientes para a manutenção do abastecimento até a conclusão das obras do Sistema Ponta do Arado. Ainda das discussões do GT, surgiram alternativas para ampliação da produção de água no Sistema Belém Novo.

Após analisar várias alternativas tecnológicas, chegou-se à conclusão de que a utilização de membranas filtrantes seria a tecnologia mais adequada para o aumento na produção de água na zona sul, principalmente, por ser modular e também pela rapidez e simplicidade na instalação. Outra vantagem é a exigência de pouco espaço, bem como a possibilidade de ser fornecido em formato locação, com operação e manutenção, não necessitando aporte de mais recursos humanos, dos quais o DMAE já não dispõe. A partir da decisão tomada, foram realizadas visitas às unidades implantadas nas cidades de Pelotas e Brasília, que resultaram no consenso quanto à viabilidade de uma planta para produção de 300 litros de água filtrada por segundo, para reforço da ETA Belém Novo.

Cedida do arquivo pessoal eng. civil Adinaldo Fraga

Os técnicos do DMAE criaram um GT Técnico, a fim de discutir ações pontuais que poderiam trazer soluções de curto e médio prazos. Assim, surgiram alternativas de mudanças dos limites de abastecimento.

Realizada a contratação, o projeto prevê a implantação e início de operação de um conjunto de módulos com membranas filtrantes com capacidade de produção de 100 litros por segundo de água filtrada nos primeiros 6 meses e mais 200 litros por segundo em 12 meses, totalizando 300 litros por segundo. Considerando-se que a tecnologia utilizada é complexa e o uso visa atender uma emergência do aumento produtivo até a conclusão das obras de construção da nova ETA Ponta do Arado, o DMAE optou por locar os sistemas de filtração, ficando a responsabilidade sobre a operação e manutenção por conta da contratada.

A RELAÇÃO CUSTO-BENEFÍCIO

O aspecto mais importante da relação custo-benefício do empreendimento será a experiência a ser vivenciada pelos técnicos da DMAE no uso desta nova tecnologia para o tratamento de água e, principalmente, a solução encontrada para amenizar os problemas de falta de água na zona sul da cidade, que poderá, futuramente, ser aplicada em outras áreas da Capital.

REFERÊNCIA

PORTO ALEGRE. **Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)**. Porto Alegre, 2015. 2 v. Disponível em: https://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmae/default.php?p_secao=352. Acesso em: 18 dez. 2019.

A importância do **nosso voto**

Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre – Astec

Fabio Rodrigues Pozzebon/Agência Brasil

Já dizia o ditado que “*cachorro mordido por cobra tem medo de linguíça*”. Os servidores públicos em geral vêm sofrendo na carne e pagando um alto preço pelas escolhas feitas pelo eleitorado nas últimas eleições. Em Porto Alegre, particularmente, a política de desvalorização do funcionalismo e de desmonte do serviço público vem sendo a mais agressiva das últimas décadas e conta com apoio de setores conservadores e politicamente influentes na cidade, seja por visão ideológica, por afinidade ou até por interesse particular ou de grupos.

Nesses três anos de Administração Marchezan o funcionalismo municipal amarga uma política ferrenha de desmonte das carreiras profissionais, o que afeta diretamente a qualidade dos serviços públicos prestados pelo município justamente nas camadas mais carentes localizadas principalmente nas regiões periféricas. Além disso, as enormes perdas financeiras impostas ao funcionalismo pela Administração têm causado erosão de profissionais e desestímulo aos servidores. A falta de concurso público, a não reposição da inflação aos salários, o aumento da alíquota previdenciária para 14% sem necessidade comprovada, a diminuição de percentuais e majoração de tempo para avanços na carreira, o fim da incorporação das FGs, a propaganda enganosa que quer transformar uma dívida em déficit na previdência municipal e a insistente política de deteriorar a prestação pública dos serviços da cidade são a marca de uma administração que entra no seu último ano de governo.

O pleito eleitoral de 2016 foi marcado pelo desinteresse, reticência e desesperança por grande parte do eleitorado. Em Porto Alegre, 44,29% dos eleitores votaram em branco, anularam o voto ou se abstiveram de votar. Ou seja, o atual prefeito foi eleito com apenas 29,23% dos votos, o que significa que menos de 1/3 do total do eleitorado votou no candidato Marchezan. Isso não compromete a legitimidade do eleito, mas demonstra uma significativa desilusão do eleitor com a política em geral e com os políticos. É essa omissão que faz com que os que não participam sejam representados pelos que se apresentam, mesmo que estes representem uma minoria.

Mas em outubro próximo teremos eleição. Como fazer para escolher governantes que estejam realmente comprometidos com o município? Como eleger candidatos que valorizem e trabalhem em parceria com os servidores que detêm o conhecimento do trabalho, das comunidades periféricas, das políticas públicas e da cidade?

CENÁRIO PARA 2020

Levantamento do Jornal do Comércio de 4 de dezembro, página 20, indica que, em Porto Alegre, 21 partidos se prepararam para o Pleito de 2020. Caso se confirme a expectativa, apesar das negociações em curso, essa seria a eleição com o maior número de candidatos da história da cidade, sendo que o número recorde de candidaturas foi em 1996 com 12 concorrentes à majoritária.

Há algumas circunstâncias que influenciam a pulverização de candidaturas em 2020, contudo, o que mais contribui para uma possível elevação no número de candidaturas é uma alteração na regra eleitoral, sendo que em 2020 será o primeiro ano em que ficarão vedadas as coligações nas proporcionais. Os candidatos a vereador não poderão construir alianças, pois o voto para conquistar cadeiras nas câmaras municipais será direcionado exclusivamente ao partido e ao candidato.

Em Porto Alegre, 44,29% dos eleitores votaram em branco, anularam o voto ou se abstiveram de votar. Ou seja, o atual prefeito foi eleito com apenas 29,23% dos votos, o que significa que menos de 1/3 do total do eleitorado votou no candidato Marchezan.

Partidos do campo de esquerda e centro-esquerda tentam articular unidades de forças traçando estratégias para fazer frente à derrota nacional em 2018 e tentar barrar a política liberal-conservadora de Bolsonaro e marcar posição contra o também liberal-conservador Nelson Marchezan. Partidos do campo progressistas como PT, PSOL, PCdoB, PDT e PSB vêm mantendo diálogo visando a participação no pleito de forma coligada através de candidatura única. A preocupação é com a unidade de centro-esquerda numa convergência de programa, de unidade e de resistência ao desmonte patrocinada atualmente pelo campo conservador. Prévias com consulta à população podem ser alternativa para definição dessa composição.

Já nos partidos de espectro ideológico de direita e extrema-direita, a multiplicidade de candidaturas tende a dominar o cenário eleitoral. O atual prefeito, cuja gestão enfrentou dificuldades com a Câmara no início, mas conseguiu aprovar seus projetos importantes no terceiro ano de governo e que conta com enorme desgaste entre o funcionalismo e moradores da periferia usuários dos serviços públicos, deve assumir sua candidatura apenas a partir do início do ano. Além disso, vem travando uma guerra política com o atual vice, resultando numa ruptura entre os partidos, o que resultará na candidatura própria do PP, tendo o próprio Paim como candidato.

Outros partidos como MDB, PTB e DEM estudam candidaturas próprias com chances de vitória e visando o fortalecimento partidário e adaptação à nova legislação.

Com a restrição imposta pelas novas regras eleitorais para a formação de coligações proporcionais, partidos menores têm focado em formar chapa própria para garantir visibilidade aos candidatos a vereador ampliando as possibilidades de votos.

VOTO CONSCIENTE E AMADURECIDO

As políticas de saúde, meio ambiente, educação, infraestrutura, segurança e outras são executadas em âmbito municipal pelo prefeito e fiscalizadas pelos vereadores, e a boa escolha desses quadros é que vai determinar o quanto será positiva ou não a qualidade de vida na cidade. Assim, cabe a cada um de nós participar das campanhas eleitorais visando a uma boa escolha e, após a eleição, acompanhar e fiscalizar a execução das políticas públicas que tanto nos afetam.

Todas as orientações dadas por especialistas de várias entidades especializadas indicam para análise criteriosa do

histórico do candidato e do partido, as trajetórias públicas, a coerência, a experiência pública, as causas que defendem. A experiência conta muito e a honestidade é fundamental, mas a afinidade com as necessidades da cidade e da comunidade podem fazer a diferença na hora da escolha. O candidato deve ter um plano de governo coerente, com planejamento e capacidade para executá-lo. É preciso analisar o partido e qual o espectro ideológico, se é próximo ou antagonístico ao que pensamos.

Outra característica básica é a ética. O candidato deve ter senso de justiça, coerência entre discurso e prática, honestidade, transparência, responsabilidade com a coisa pública, respeitoso e promotor de justiça social, da sustentabilidade ambiental e ter uma boa visão de futuro sem sacrificar o presente e com respeito ao passado.

Cada eleitor deve saber se posicionar ao lado de candidatos e partidos ideologicamente semelhantes à sua própria visão de mundo e situação social. Isto significa que o trabalhador assalariado não deve dar seu apoio a candidatos e partidos que defendem a precarização do trabalho, a redução dos direitos trabalhistas e de salários, tampouco que pregam o estado mínimo, que valorizam mais o capital especulativo em detrimento do produtivo.

NOSSO PAPEL COMO TRABALHADORES

Enfim, nas eleições de 2020 que se aproximam, o servidor público e os trabalhadores em geral devem participar ativamente das discussões nos locais de trabalho, nas escolas, em casa, na comunidade e em todos os locais promover o debate responsável e consciente visando a uma boa escolha para governar a cidade nos próximos quatro anos porque, afinal, é necessário escolher bem já que o preço por uma escolha malfeita custará muito caro depois.

Servidores públicos e moradores das vilas de Porto Alegre que o digam, pois dependem de escola, posto de saúde, transporte e infraestrutura prestadas pelo município e são os que mais sentem as consequências das más escolhas feitas pela via eleitoral. A melhor aliada, sem dúvida, é a informação, não a que se encontra em papel de propaganda ou no rádio e televisão, mas de fontes confiáveis, imparciais e sem vínculo partidário ou com candidaturas.

E nós, servidores municipais, temos total clareza de que candidatos como o atual detentor da cadeira de prefeito bem como vereadores que votam contra o funcionalismo e trabalhadores devem ser rejeitados, não podem contar com nosso apoio, nem de nossos familiares e dos que nos cercam.

José Cruz/Agência Brasil/Fotos Públicas

Dieta Low Carb

Por *Jéssica Mayrer*

Nos últimos anos houve uma mudança no estilo de vida dos brasileiros que levou ao crescimento do sedentarismo e do consumo de alimentos ricos em gorduras e açúcares. Essa modificação no padrão alimentar e de atividade física impactou no peso da população, aumentando o sobrepeso e a obesidade com aumento na prevalência da obesidade de 67,8% nos últimos 13 anos (BRASIL, 2019). A elevação dos números transformou a obesidade em um grande problema de saúde pública da atualidade, já que ela também tende a trazer diversas outras comorbidades como a Diabetes Mellitus, hipertensão e hipercolesterolemia. As modificações de estilo de vida e da qualidade alimentação onde visando além da restrição de calorias, o aumento do nível de atividades físicas e mudanças de comportamento são a chave para a solução para que possamos reverter este quadro (WHO, 2008).

O aumento do peso populacional acabou levando as pessoas a procurar alternativas para a emagrecimento e desta forma foram surgindo diversas dietas da moda. Essas dietas vêm sendo difundidas pela mídia ao longo dos anos, apresentando variações em sua composição, porém, a maioria com grande restrição de calorias e alimentos. Apesar de muitas parecerem saudáveis essas dietas muitas vezes são divulgadas sem comprovação científica de seus resultados ou consequências. Por este motivo, nas últimas décadas esse assunto vem sendo largamente estudado, buscando soluções que sejam efetivas e que não ofereçam riscos à saúde (STRINGHINI, 2007).

A perda de peso acontece através do déficit de calorias consumidas em relação à quantidade de energia gasta durante o dia. Por isso, as dietas para emagrecimento possuem redução nas quantidades de nutrientes, em especial os carboidratos, gorduras e proteínas, pois é por meio deles que são fornecidas as calorias ao organismo.

A composição ideal de uma dieta é aquela que oferece maior saciedade ao indivíduo, com a menor ingestão energética (calorias) para que, aliada ao aumento dos exercícios físicos e outras mudanças de comportamento haja um consumo de energia menor que o gasto total diário (STRINGHINI, 2007). Desta forma, visa-se que quem faça a dieta além de ter a perda de peso desejada tenha condições de mantê-la após a obtenção dos resultados.

Os macronutrientes (carboidratos, proteínas e lipídeos) são responsáveis por trazer energia para o nosso corpo na forma de calorias, além de outras funções de construção e regulação no organismo. Por este motivo, quantidades mínimas e máximas para atender as necessidades do ser humano foram estabelecidas. Dentro da recomendação atual, os carboidratos devem compor de 45 a 60% das calorias ao longo do dia. A modificação da distribuição dos macronutrientes na dieta podem oferecer modificações metabólicas que auxiliam na perda de peso e é nesta premissa que se estabelece o conceito da dieta *Low Carb* (LC).

A LC é uma das dietas mais estudadas nas duas últimas décadas e ficou famosa após ser amplamente difundida por Atkins no início da década de 90. A dieta LC consiste na diminuição da ingestão de carboidratos em relação às recomendações e, conseqüentemente, aumento do consumo dos demais macronutrientes. A ingestão deve ser reduzida para entre 50 a 150g por dia ou 40% ou menos da composição da alimentação (CORDEIRO et al, 2017).

Por si só, a redução do consumo de carboidratos sem o aumento do consumo de lipídeos e proteínas já reduz a ingestão de calorias diárias do indivíduo. Como para gerar o emagrecimento é necessário ingerir menos do que se gasta, esta mudança já seria suficiente para causar impacto no peso. Contudo, somente esta modificação não necessariamente causaria a saciedade do indivíduo, por isso, é muito comum que as dietas com baixo teor de carboidrato tenham quantidades aumentadas de gorduras ou proteínas.

Esta mudança na ingestão faz com que o haja aumento do gasto energético, saciedade, aumento da oxidação lipídica e cetose. Ou seja, para produzir energia, há necessidade de o corpo queimar gordura e utilizá-la como combustível. Desta forma, há uma tendência a diminuição da ingestão de calorias, um aumento do gasto energético e da utilização das gorduras para produção de energia, ocasionando a perda de peso (XAVIER, 2017).

A escolha dos alimentos acaba sendo um item essencial para o seguimento da LC, sendo a maioria dos alimentos consumidos de origem proteica ou lipídica, tais como: ovos, carne de gado, frango, peixes e porco, leite, queijo, nozes, castanhas, amêndoas, manteiga, abacate, azeite, óleo de coco e outros alimentos com baixo teor de carboidratos como pepino, limão, hortaliças, aspargos, cafés e chás são comumente utilizados.

O consumo de vegetais de baixo teor de carboidratos, como algumas frutas, hortaliças e legumes são essenciais para o consumo da quantidade ideal de fibras, que acaba sendo prejudicado nesta dieta – já que os carboidratos, mesmo os integrais, são consumidos em menor quantidade. As fibras são importantes para a saciedade e o funcionamento intestinal adequado e, atualmente, a recomendação para o consumo dos brasileiros é de 25g/dia.

As proteínas promoveriam elevação do gasto de energia, aumento da saciedade e ajudam a preservar a massa muscular. Além disso, o aumento do consumo deste nutriente traz uma resposta hormonal favorável a oxidação das gorduras, ou seja, utilizamos a gordura como combustível para produção de energia, gerando perda de peso (CORDEIRO et al, 2017).

Além dos benefícios relacionados ao peso, a LC quando utilizada da forma correta pode trazer outras melhorias. Estudos mostram que, além de reduzir o peso, as dietas com baixo teor de carboidrato alteram o perfil bioquímico dos indivíduos, promovendo melhora no controle de glicemia, Diabetes Mellitus tipo 2, redução de massa gorda, melhora do perfil lipídico, aumento do colesterol HDL e diminuição de triglicerídeos (XAVIER, 2007).

Porém, apesar de diversos estudos apontarem resultados satisfatórios com a utilização de dietas LC ainda existem controvérsias entre autores sobre as consequências de sua utilização a longo prazo ou com quantidades muito reduzidas de carboidratos.

Um problema comum a dietas com elevadas restrições calóricas é o ganho de peso e gordura corporal após o fim, intervenção gerada pela adaptação do metabolismo do indivíduo à privação energética. Do ponto de vista comportamental, a privação a alimentos corriqueiros e da utilização da comida para convívio social podem também atrapalhar a continuidade do tratamento, levando o indivíduo a abandonar a dieta com maior facilidade.

Outros estudos também demonstram que devido a sua composição rica em gorduras podem ocorrer alterações no perfil lipídico daqueles que a seguirem, com aumento do colesterol LDL. Isso pode acontecer pois, a diminuição do consumo de carboidratos leva a elevação no consumo de gorduras, incluindo as saturadas. A elevação dos níveis de LDL, que é considerado aterogênico, pode gerar impacto na saúde cardiovascular. A LC pode, ainda diminuir a capacidade do indivíduo de praticar atividade física, com a redução dos estoques de energia que o músculo armazena através do glicogênio aumentando a fadiga muscular (XAVIER, 2017).

Outro ponto importante a se destacar é que atualmente não existem evidências sólidas que mostrem benefícios do uso indiscriminado de dietas com restrição extrema de carboidratos (menos de 20g por dia), principalmente, por pessoas maiores de 50 anos (BRAVATA et al, 2003).

É importante ressaltar que as dietas com baixo teor de carboidratos podem oferecer diversos benefícios a saúde da população, tanto para pessoas que buscam reduzir o peso quanto para aqueles que buscam melhora nos parâmetros de doenças como diabetes, hipertensão, triglicerídeos e colesterol alterados. Todavia, para alcançar esses benefícios ela deve ser orientada por um profissional qualificado, que irá realizar a distribuição adequada dos nutrientes cuidando para que suas quantidades estejam dentro das recomendações, para evitar reações adversas e agravos a saúde.

JÉSSICA MAYRER

✉ jessica_mayrer@hotmail.com

Nutricionista – CRN2 11.483

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis. **Vigitel Brasil 2018**: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2018/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/julho/25/vigitel-brasil-2018.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2019.

BRAVATA, D.M.; SANDERS, L.; HUANG, J.; KRUMHOLZ, H. M.; OLKIN, I.; GARDNE BRAVATA, D. M. Efficacy and safety of low-carbohydrate diets: a systematic review. **Journal of the American Medical Association**, [s.l.], v. 289, n. 14, p.1837-50, 2003.

CORDEIRO, Renata; SALLES, Marina Baldasso, AZEVEDO, Bruna M.. Benefícios e Malefícios da Dieta LowCarb. **Revista Saúde em Foco**, [s.l.]: nº 9, p. 714-722, 2017. Disponível em: http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/080_beneficios.pdf.+ Acesso em: 3 dez. 2019.

STRINGHINI, Maria Luiza Ferreira, et al. Vantagens e desvantagens da dieta Atkins no tratamento da obesidade. **Salusvita**: Bauru, v. 26, n. 2, p. 153-164, 2007.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Waist circumference and waist-hip ratio**. Report of a WHO expert consultation, 2008, Geneva, 8–11 December 2008. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44583/9789241501491_eng.pdf;jsessionid=75C6FB0E23F4A8DA5FBFD526C5C6ED3?sequence=1. Acesso em: 3 dez. 2019.

XAVIER, S. C. **Dietas pobres em hidratos de carbono na perda de peso corporal**. Porto: Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, 2017.

VIEIRA, Yone Mendes. **Efeitos metabólicos da dieta Low Carb no emagrecimento**: uma revisão bibliográfica. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (curso de Nutrição da Universidade Federal de Sergipe Campus Lagarto, como requisito para aprovação do módulo de Trabalho de Conclusão de Curso II, sob a orientação da professora Ticiane Clair Remacre Munareto Lima). UFS, Lagarto, 2018. Disponível em: https://teses.ufs.br/bitstream/riufs/8747/2/YONE_MENEZES_VIEIRA.pdf> Acesso em: 3 dez. 2019.

Introdução à **Ciência Atuarial Aplicada** ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)

Por Dalvin Gabriel José de Souza

HIPÓTESES ATUARIAIS

DO CONCEITO

Preliminarmente, devemos explicar o conceito de hipóteses atuariais, conceito este muitas vezes mal interpretado. No contexto em tela, hipóteses atuariais são conjecturas formuladas sobre o futuro, onde a adjetivação “atuariais” diz respeito à sua utilização nos cálculos imprescindíveis ao dimensionamento dos encargos e à elaboração do respectivo plano de custeio dos benefícios definidos em planos de previdência.

As hipóteses usualmente utilizadas nos cálculos atuariais envolvem conhecimento multidisciplinar e derivam de eventos de natureza aleatória quanto ao momento de sua ocorrência e magnitude. Dentre outras, destacamos as hipóteses econômicas (taxa de juros, inflação), financeiras (retorno de ativos e sua alocação), demográficas (ingresso e desligamento no plano), biométricas (experiência de morte, invalidez, doenças, etc.), previdenciárias (comportamento dos benefícios concedidos, política previdenciária do País) e administrativas (*turnover*, política de remuneração). A aleatoriedade inerente ao futuro enseja processos de previsão que combinam fatos objetivos retirados da experiência passada com perspectivas objetivas e subjetivas acerca do futuro. Portanto, todo o esforço visa a aderência das hipóteses formuladas *a priori* à realidade futura somente conhecida *ex post*.

DO CONSERVADORISMO E SEUS IMPACTOS

Os cálculos atuariais são baseados necessariamente nas suposições a respeito do futuro. As considerações práticas importantes influenciam o atuário em suas decisões que se relacionam ao nível de conservadorismo a ser refletido nas hipóteses atuariais. As suposições, embora possam ser ba-

seadas na experiência do passado, realizam-se ordinariamente sobre o futuro incerto. O que mostra que os cálculos atuariais são sensíveis às suposições empregadas. Portanto, a dificuldade maior encontra-se na determinação das hipóteses apropriadas para cada situação abordada pelo atuário.

O dimensionamento dos encargos com o plano de benefícios e respectivo plano de custeio necessário à sua sustentação depende das hipóteses consideradas no cálculo atuarial. Também verificamos que tais hipóteses são formuladas para o futuro incerto, o que importa em custo variável ao longo do tempo, o qual está sujeito a flutuações no curto prazo. Diante da imprevisibilidade futura, cumpre o acompanhamento sistemático de sorte a calibrar o processo preditivo que orientará a quantificação dos encargos com os benefícios expressamente definidos na legislação.

O grau de conservadorismo adotado na especificação das hipóteses influencia significativamente o encargo com o pagamento dos benefícios do plano de previdência, o que afeta diretamente as contribuições do Ente Federativo e dos segurados. Formulação de hipóteses conservadoras com o objetivo de eliminar ou reduzir as incertezas atreladas ao futuro implicam em custos elevados muitas vezes insuportáveis para o Ente Federativo e seus servidores. Desta forma, hipóteses pouco conservadoras e distantes da realidade observada, concorrem para o aumento significativo de encargos futuros que poderão inviabilizar a continuidade do plano de previdência, posto que, exigirão no futuro aumentos expressivos da carga contributiva dos responsáveis pela manutenção do plano previdenciário. Em contrapartida, hipóteses excessivamente conservadas elevam os custos presentes para o Ente Federativo e seus servidores, inviabilizando à continuidade do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Ilustrativa/Fotoia

Uma Avaliação Atuarial não pretende adivinhar o futuro. Constitui-se de um modelo de futuros prováveis do Plano de Previdência, dado certas hipóteses razoáveis sobre o comportamento das variáveis sob análise na Avaliação Atuarial.

Logo, é uma ferramenta de diagnóstico que nos permite acompanhar e controlar a evolução dos riscos que está sujeito o Plano de Previdência do RPPS.

DEFINIÇÃO DE RISCO

De modo geral, “risco” pode ser definido como o acontecimento aleatório em sua realização, na época de sua realização ou, ainda, no grau em que se realiza.

O “risco segurável” deve ser possível, incerto, futuro, independentemente da vontade humana, mensurável, homogêneo e não catastrófico.

Definimos “Modelo Matemático” como uma tentativa de interpretação de fenômenos observados, o qual envolve a idealização dos fatos realmente observados, conforme premissas escolhidas pelo cientista.

Portanto, as fórmulas matemáticas só podem proporcionar um “modelo matemático” simplificado do mundo da realidade, uma espécie de retrato idealizado dos aspectos característicos relevantes do fenômeno em investigação.

Podemos afirmar que o atuário é aquele que determina os atuais impactos financeiros de futuros eventos acidentais, aplicando-se técnicas de Modelagem Preditiva.

Modelagem Preditiva é:

“...uma coleção de técnicas matemáticas para encontrar uma relação matemática entre ... variável “dependente” e as variáveis “independentes” para ... inseri-los na relação matemática para prever valores futuros da variável-alvo.”

“...uma estratégia que envolve a criação ou seleção de um modelo em uma tentativa de projetar os possíveis resultados associados a uma determinada ação.”

“...uma técnica estatística para prever comportamento futuro ... uma forma de tecnologia de mineração de dados que funciona através da análise de dados históricos e atuais, gerando um modelo para ajudar a prever os resultados futuros.”

“...um processo para criar um modelo estatístico do comportamento futuro.”

DA SELEÇÃO DE HIPÓTESES ATUARIAIS

Conforme Norma Atuarial nº 1 – Seleção de Hipóteses Demográficas, Biométricas e outras não econômicas para mensuração de obrigações de um plano de benefícios, aprovada em Assembleia Técnica de 12/12/2007 do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA):

“O atuário deve selecionar hipóteses compatíveis, considerando as características particulares do plano de benefícios e da massa de participantes, objeto da avaliação, baseada em experiência histórica e perspectivas futuras.”

“O atuário deve considerar os critérios a seguir para selecionar quais tipos de hipóteses serão utilizadas na avaliação atuarial do plano de benefícios. Em todos os casos, o atuário deverá admitir a possibilidade de a hipótese selecionada divergir significativamente da experiência atual:

a) o propósito e a natureza da aplicação da hipótese. Por exemplo, uma projeção do fluxo de contribuições pode exigir hipóteses mais refinadas do que somente a definição da taxa de rotatividade;

b) as características da obrigação atuarial a ser avaliada, tais como periodicidade, forma de pagamento, perfil da massa, grupo aberto, em extinção ou em retirada de patrocínio e modalidade do plano;

c) as características do modelo do plano ou mudança que possa influenciar a hipótese. Por exemplo, um plano de demissão voluntária poderá influenciar o ingresso futuro de aposentados; sob estas circunstâncias, para mensurar o custo incremental associado com esta mudança, a hipótese de aposentadoria a ser adotada pode diferir da hipótese usualmente utilizada;

d) fatores conhecidos pelo atuário que podem afetar a experiência futura, tais como as condições econômicas de mercado, disponibilidade de emprego alternativo, política de recursos humanos ou práticas do empregador;

e) experiências específicas do grupo coberto ou outros grupos com características semelhantes podem ser úteis para formar um julgamento sobre expectativas futuras. Por exemplo, se recentes taxas de rotatividade e aposentadoria forem atribuíveis apenas para um determinado tempo, não será razoável assumir que tais taxas continuarão por um período indeterminado.”

A seguir, apresentamos algumas dúvidas levantadas em 2015 pelo Conselho Fiscal do Previmpa, as quais foram respondidas dentro dos preceitos éticos e técnicos atuariais:

No que se refere à Tábua de Mortalidade de Válidos, não foi localizada na Avaliação Atuarial e na Nota Técnica Atuarial a demonstração do teste realizado com a Tábua IBGE 2012, cujo resultado foi rejeitado. Sugere-se que tal teste seja demonstrado em um dos documentos citados. Ademais, em relação à Tábua utilizada para mensurar o evento sobrevivência questiona o conselho se não seria mais prudente a utilização de uma Tábua cujo número de óbitos estimados fosse inferior ao efetivamente ocorrido.

RESPOSTA:

A demonstração do teste de aderência realizado com Tábuas Completas de Mortalidade por Sexo e Idade Brasil 2012 (IBGE, 2012) não consta dos documentos citados, pois temos limitação imposta pelo Ministério da Previdência Social (MPS) referente ao tamanho dos arquivos que o Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social (CADPREV/MPS) aceita importar. Ademais, trata-se de procedimento largamente difundido na literatura científica, motivo pelo qual optamos por apresentar a conclusão do teste de aderência realizado.

Quanto à escolha da tábua de mortalidade pelo critério do número de óbitos estimados em comparação com o ocorrido, tenho a dizer que é uma pergunta simples, mas que exige uma resposta relativamente complexa.

A Portaria do Ministério da Previdência Social (MPS) nº 403/08, estabelece que as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras devem ser adequadas às características da massa de segurados e de seus dependentes, obedecidos os parâmetros mínimos de prudência estabelecidos nesta portaria. Sendo que, no caso de escolha de tábua de mortalidade deverá ser adotado a tábua do IBGE como limite mínimo de taxa de sobrevivência.

Quando pensamos em um teste de aderência de uma tábua de mortalidade, devemos lembrar que o mesmo deverá verificar a comparação entre as ocorrências observadas e as esperadas ao **longo de toda a curva de mortalidade, e não apenas em torno da sua esperança matemática**. Esse enfoque se justifica na possibilidade de que desequilíbrios pontuais possam levar, equivocadamente, a um equilíbrio médio. Consideremos que o que estamos testando é se o nosso modelo (tábua de mortalidade ou também tábua de vida, é, adequado, ou seja, se é representativo das características da nossa massa de servidores. Lembrando sempre que, uma tábua de mortalidade é um instrumento ou esquema teórico que permite medir as probabilidades de vida e de morte de uma população, construída sob certas hipóteses teóricas acerca do comportamento populacional, dentre os quais o mais importante é a suposição de que a população é estacionária. Uma população estacionária é um modelo teórico no qual a população total, assim como a distribuição por idades, não se altera ao longo do tempo. Ou seja, as probabilidades biométricas sobre os indivíduos não dependem da data de seu nascimento, mas somente de sua idade. Dito de outra forma, nenhuma das considerações probabilísticas que fazemos sobre a idade de falecimento de um indivíduo depende do tempo físico, mas, sim, unicamente, do tempo biométrico.

As considerações práticas importantes influenciam o atuário em suas decisões que se relacionam ao nível de conservadorismo a ser refletido nas hipóteses atuariais.

Para facilitar o entendimento, vamos considerar uma tabela dividida em duas faixas de idade, conforme abaixo:

Tabela nº 1 – Quadro Demonstrativo

Faixa etária	Óbitos ocorridos	Óbitos estimados (Esperança matemática média)	%
Até 60 anos	21	11	90,91%
Acima de 60 anos	19	29	-34,48%
Total	40	40	

Fonte: do autor

Se, adotamos a simples comparação entre o total de óbitos observados e o número de óbitos esperados (esperança matemática) apurada por uma dada tábua nos leva equivocadamente a aceitar a tese de que esta tábua é aderente a nossa massa de servidores hipotéticos, afinal, esperava-se a ocorrência de 40 óbitos e foram observados exatamente 40 óbitos. Porém, essa simplificação analítica deixa encoberto o fato de que na faixa etária até 60 anos (fase ativa dos servidores) está ocorrendo uma frequência de óbitos 90% superior ao número esperado, enquanto na faixa etária acima de 60 anos está ocorrendo uma frequência de óbitos 34% inferior ao esperado pela referida tábua de mortalidade.

Neste pequeno exemplo, demonstra-se que uma análise simplificada que não considere o comportamento de toda a curva de mortalidade, mas somente a esperança matemática, acarretaria no que a literatura especializada em inferência denomina como erro tipo II em um teste de hipótese: a não rejeição de uma hipótese falsa (ou, em outras palavras, a aceitação de uma hipótese que não é verdadeira).

DALVIN GABRIEL JOSÉ DE SOUZA

✉ dalvingabriel@yahoo.com.br

Atuário – MIBA nº 1003 – Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre (Previmpa) – Licenciado em Matemática/UFRGS

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Portaria nº 403, de 10 de dezembro de 2008**. Dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, define parâmetros para a segregação da massa e dá outras providências. D.O.U. de 11/12/2008 e republicada no D.O.U. de 12/12/2008. Nota: Atualizada até 29/12/2014. Disponível em <http://sa.previdencia.gov.br/site/2016/07/PORTARIA-403.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2019.

IBGE. **Tábuas Completas de Mortalidade por Sexo e Idade Brasil 2012**: breve análise da mortalidade no período 2011-2012. Rio de Janeiro 2013. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Tabuas_Completas_de_Mortalidade/Tabuas_Completas_de_Mortalidade_2012/notastecnicas.pdf. Acesso em: 4 dez. 2019.

NOGUEIRA, Rio. **Reservas e Regimes Financeiros das Entidades Previdenciais**. Rio de Janeiro: STEA, 2007.

ZEMIACKI, Juscelino. **Teste de aderência de premissas** – Tábuas de Mortalidade. Opinião Técnica. Porto Alegre: Mirador, julho 2013.

Eventos realizados em 2019 nas bibliotecas da Prefeitura Municipal – abertas ao público

MÍDIAS SOCIAIS

Acesse os canais de mídia das bibliotecas e participe dos eventos culturais

ACERVO TÉCNICO E LITERÁRIO

Consulta e renovações de empréstimos no CATÁLOGO:
http://pergamum.procompa.com.br/biblioteca/index.php
do Sistema Pergamum, gerenciado por bibliotecárias(os)

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Consulta no SISTEMA Legislação Municipal
Porto Alegre/RS: **https://leismunicipais.com.br/prefeitura/rs/porto-alegre**

CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA SEMANA DA PRIMAVERA

Realização: BIBLIOTECA ECOLÓGICA INFANTIL MARIA DINORAH (Parcão) – SMAMS

Organizadora: Elisabete Lorensi Ferreira – Bibliotecária CRB 10/2066

Local: Parque Moinhos de Vento

Tel.: (51) 3289-7520

E-mail: biblioteca@smam.prefpoa.com.br

Site: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/>

ArtTeixeira/SMAMS-PMPA

Contação de histórias, na 29ª Semana da Primavera, no Parcão – 28/09/2019

FEIRA DE TROCA DE LIVROS NA SEMANA DO MEIO AMBIENTE

Realização: BIBLIOTECA JORN. ROBERTO E. XAVIER – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DA SUSTENTABILIDADE (SMAMS)

Organizadora: Júlia Agustoni Silva – Bibliotecária CRB 10/1788

Local: Av. Carlos Gomes, 2120

Tel.: (51) 3289-7520

E-mail: biblioteca@smam.prefpoa.com.br

Site: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/>

Sérgio Louruz

7ª Feira de Troca de Livros da SMAMS, na 35ª Semana do Meio Ambiente, hall da SMAMS – 6 e 7/06/2019

LIVRO ANDARILHO

Realização: BIBLIOTECA DA SMED

Organizador: Rodolfo Matos Bibliotecário, CRB-10/1883

Local: Rua dos Andradas, 680, 4º Andar

Tel.: (51) 3289-1736

E-mail: biblioteca@smed.prefpoa.com.br

Site: <http://www.bibliotecasmed.wordpress.com>

Manoelle Duarte

Livro Andarilho, Praça da Alfândega, 29/10/2019

Manoelle Duarte

Livro Andarilho, Biblioteca - SMED, 29/10/2019

OFICINA

Realização: BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL JOSUÉ GUIMARÃES – SMC

Organizadora – Diretora Renata de Souza Borges – Bibliotecária – CRB 10/1922

Local: Av. Érico Veríssimo, 307 – Centro Municipal de Cultura,

Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues

Tel.: (51) 3289-8099

E-mail: bibliot@smc.prefpoa.com.br

Blog: <http://coordenacaodolivro.blogspot.com.br>

Facebook: www.facebook.com/BPMJG

Renata Borges

Oficina do Amor da Sociedade Espírita Beneficente Bezerra de Menezes com contação de histórias pela Nayamillet Gonçalves, 03/11/2019

6ª expotec

MOSTRA VIRTUAL:

TRADIÇÃO E INOVAÇÃO DE MÃOS DADAS

Neste ano, o Dia do Servidor, comemorado em 28 de outubro, teve um sabor especial: o lançamento da 6ª Expotec – Mostra de Trabalhos e Projetos dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre, desta vez, totalmente digital. Realizado a cada dois anos, pela Astec, desde sua criação, o evento tem o objetivo de valorizar e divulgar o trabalho dos técnicos de nível superior, demonstrando ao público em geral, e especialmente aos porto-alegrenses, o valor de seus servidores. Os trabalhos/projetos expostos servem, ainda, de subsídios a técnicos de outros municípios, proporcionando valioso intercâmbio de informações.

Nesta edição, o evento inova em vários aspectos, com tradição e inovação de mãos dadas. Pôsteres, trabalhos individualizados e o catálogo completo, estão disponíveis na internet, oportunizando, assim, que mais pessoas possam tomar contato com a produção técnica de servidores da Prefeitura da Capital. No site da Astec, ao alcance de poucos cliques, o material está acessível tanto para consulta on-line quanto para download gratuito.

O catálogo agora passa a ser acessado no formato flip, que permite ao leitor o conforto de folhear o material. Também é possível ampliar e/ou reduzir as áreas de leitura, adequando a legibilidade, bem como baixar arquivos das páginas de seu interesse ou mesmo o catálogo completo. A publicação conta, ainda, com International Standard Serial Number (ISSN 2674-7987), um código numérico que constitui um identificador único no mundo para revistas e periódicos.

Outra novidade é que, desta vez, além das categorias de Artigos Técnicos e/ou Científicos e Comunicações Técnicas e/ou Científicas, a Expotec abre espaço para a literatura, valorizando a poesia, o conto e a crônica a que se dedicam, nas horas de lazer, muitos associados.

ACESSE A EXPOSIÇÃO VIRTUAL

Artigos, comunicações e literatura

www.astecmpa.com.br

> Eventos > da Astec > Expotec

COMPOSTAGEM DOMÉSTICA COM
UTILIZAÇÃO DE MINHOCAS: ASPECTOS
AMBIENTAIS E ECONÔMICOS

ALEXANDRE PANERAI PEREIRA

Eng. Agrônomo, CREA/RS 76513, Assetec/Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade (Smams).

IRINEU PEDRO FOSCHIERA

 irineu.foschiera@portoalegre.rs.gov.br
Eng. Agrônomo, CREA/RS 104499, Assetec/Smams.

PAULO FIALHO MEIRELES

Eng. Agrônomo, CREA/PR 2035, Assetec/Smams.

TIAGO BERND

Eng. Agrônomo, CREA/RS 106798, Assetec/Smams.

VLADIMIR STOLZENBERG TORRES

Biólogo, CRBio 17201-03, Assetec/Smams.

PALAVRAS-CHAVE

Tratamento de efluentes; Fossa séptica.

RESUMO

Um dos grandes problemas das sociedades modernas é a grande produção de lixo. Várias soluções são apresentadas, sendo uma delas o tratamento dos resíduos na origem onde é produzido, ou seja, na própria residência por meio da compostagem, transformando o lixo orgânico residencial em adubo que pode ser utilizado na residência sem agredir o meio ambiente e diminuindo custos de tratamento pelo poder público. Em áreas urbanas, em que os espaços são reduzidos, a vermicompostagem tem se apresentado como solução simples, de baixo investimento, pouco trabalhosa e eficiente na transformação de resíduos orgânicos em húmus para reutilização em jardins e hortas domésticas. Com o incentivo da agricultura urbana e a necessidade de tratamento adequado ao lixo orgânico, a criação de minhocas em pequenos espaços vem ganhando, a cada dia, novos adeptos. O uso de caixas plásticas, como instalações, permite inclusive o reaproveitamento de embalagens. Desta forma, o presente estudo objetivou quantificar o volume de lixo orgânico que pode ser reciclado em domicílio e possíveis ganhos econômicos com produção de compostagem para consumo doméstico através de sistema de minhocário. Por meio de técnicas de criação e desenvolvimento de minhocas em ambiente controlado e utilizando lixo doméstico, pode-se produzir um significativo volume de compostagem que pode ser reaproveitado no próprio domicílio como adubo, bem como a reciclagem de lixo orgânico que serve de matéria-prima evitando, assim, que seja encaminhado ao complexo processo de recolhimento e destinação do lixo do sistema público de coleta residencial, o que pode gerar dupla economia em termos ambientais e monetários.

 Fotografia 1 – Exemplos de *Eisenia foetida* (Savigny, 1826) (*Haplotaxida: Lumbricidae*)

 Fonte: site http://agriculturaurbana.org.br/boas_praticas/compostagem/modelos_composteiros.htm#fechado

GESTÃO AMBIENTAL URBANA: GERINDO UM PARQUE MUNICIPAL

✓ **VLADIMIR ST OLZENBERG TORRES**

✉ biologo.vladimir@gmail.com

CRBio 17.201-03, Biólogo, Ms. em Biociências (PUCRS), Dr. em Informática na Educação (UFRGS), Pós-doutorado em Arquitetura e Urbanismo (IME) Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade (Smams)

PALAVRAS-CHAVE

Parque Chico Mendes; Parque Urbano; Gestão Ambiental.

RESUMO

Sinônimos de qualidade de vida e até mesmo de *status quo*, os parques urbanos assumem relevância internacionalmente reconhecida. Podem ser considerados o *locus* da interação urbanização/recursos naturais dentro das grandes cidades, e estão intrínsecos à lógica de conflitos que as caracterizam, exigindo, deste modo, especial atenção quanto à sua gestão. Assim, este estudo discute as dificuldades inerentes à administração de um parque urbano, modelado pelo Parque Municipal Chico Mendes de Porto Alegre.

Fotografia 1 – Parque Municipal Chico Mendes

Fonte: adaptada das Imagens © 2014 CNES / Astrium, DigitalGlobe), delimitado em vermelho

Nota: áreas delimitadas em amarelo (centro e lateral inferior direita) representam ocupações irregulares. Área delimitada em rosa (inferior) outros órgãos municipais em área cedida aos mesmos.

LIVROS LIVRES: A EXPERIÊNCIA DAS BIBLIOTECAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DA SUSTENTABILIDADE

✓ **ELISABETE LORENSI FERREIRA**

✉ elisabete.lorensi@portoalegre.rs.gov.br

CRB 10/2066, bibliotecária, especialização em Gestão Pública Municipal – Escola de Administração da UFRGS. Equipe de Bibliotecas / Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade (Smams).

✓ **JÚLIA AGUSTONI SILVA**

✉ julia.agustoni@portoalegre.rs.gov.br

CRB 10/1788, bibliotecária, especialização em Gestão Cultural – SENAC/RS. Equipe de Bibliotecas / Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade (Smams).

PALAVRAS-CHAVE

Livros livres; Bibliotecas; Ação cultural; Incentivo à leitura.

RESUMO

As bibliotecas livres ou ações de livros livres têm como objetivo o compartilhamento de livros, sem a necessidade de cadastro, empréstimo, prazo para devolução ou multas. Essas ações visam incentivar a leitura e colocar à disposição de diversas pessoas, livros e revistas, materiais ainda caros no País. A Equipe de Bibliotecas da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade, desde 2016, implementa os Livros Livres, como forma de incentivar o gosto pela leitura, o compartilhamento de livros, e proporcionar mais um espaço de cultura e lazer no Município. Relatamos aqui a experiência na implementação do projeto, bem como os resultados alcançados até o momento, e a criação de novos espaços para o compartilhamento de livros no Município de Porto Alegre.

Fotografia 1 – Varal de Livros Livres na Biblioteca Ecológica Infantil Maria Dinorah

Fonte: das autoras, 2019

Fotografia 2 – Livros Livres na ReBio do Lami

Fonte: das autoras, 2019

PROJETOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: ANÁLISE AMBIENTAL E PDDUA

✔ RITA MARIA VALER

✉ ritavaler@smam.prefpoa.com.br

CRBio-3 008400, Bióloga, Mestre em Biociências PUCRS. CCOM/Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade (Smams).

PALAVRAS-CHAVE

Habitação; Interesse social; Meio ambiente; PDDUA.

RESUMO

A demanda por aprovação de empreendimentos habitacionais para população de baixa renda tem modificado “a cara” da cidade, nos últimos anos, decorrente da expansão crescente das ocupações no sentido sul e extremo sul do território, sobre áreas muitas vezes inadequadas para receber uma densificação desta natureza. O presente trabalho discorre sobre a interface entre padrões urbanísticos, restrições ambientais, infraestrutura básica e questões legais, visando a equalização dos conflitos, aprovação dos projetos e disponibilização das unidades habitacionais para a população.

Figura 3 – Empreendimento residencial plurifamiliar

Fonte: https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcQqd7XbrvL4QjFTm4-e2IOYAUodFA3i69QSTDQ9hI_ooD_om8pL

RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS: MODELAGEM DE UMA ÁREA RURAL DE VIAMÃO, RS

✔ VLADIMIR ST OLZENBERG TORRES

✉ biologo.vladimir@gmail.com

CRBio 17.201-03, Biólogo, Ms. em Biociências (PUCRS), Dr. em Informática na Educação (UFRGS), Pós-doutorado em Arquitetura e Urbanismo (IME). Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade (Smams).

PALAVRAS-CHAVE

Solo rural degradado; Recuperação de área degradada.

RESUMO

A presente pesquisa buscou analisar possibilidades de uso, manejo e recuperação de áreas degradadas com formações que podem ter seu ápice de degradação na constituição de areais. Entende-se por areais, solos arenosos degradados com rara ou sem cobertura vegetal, utilizado na constituição de pastagens para fins pecuários.

Fotografia 1 – Caixa de recepção primária

Fonte: Imagem modificada do Google Earth (30 out. 2010).

Nota: Em amarelo os limites da propriedade. Em azul, a área empobrecida.

REGULARIZAÇÃO DA VILA VALE DO SALSO: A HISTÓRIA DE UMA RECONCILIAÇÃO URBANÍSTICA, SOCIAL E ECOLÓGICA

✍ **FERNANDO BIFFIGNANDI**

✉ biffignandi@demhab.prefpoa.com.br

Arquiteto e Urbanista, CAU-RS 14990-5, graduado pelo Centro Universitário Ritter dos Reis/Unirriter (1987). Mestre em comunicação social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2013), Doutor em comunicação social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2018), atualmente, Pós-Doutorando em comunicação pública na Universidade de Coimbra - Portugal. Departamento Municipal de Habitação (Demhab).

PALAVRAS-CHAVE

Urbanismo; Regularização Fundiária; Habitação Social.

RESUMO

O presente trabalho mostra as etapas de regularização de uma área ocupada na zona sul de Porto Alegre, premiada nacionalmente com o *Selo de Mérito 2019*, concedido pela Associação Brasileira de Agentes Públicos de Habitação. O seu diferencial reside na conscientização de que a preservação e, especificamente, a recuperação do meio ambiente são condições essenciais para a humanidade. É sabido que o respeito e a preservação do meio-ambiente passaram a ser uma preocupação global, inclusive com a adoção de políticas governamentais para tal em todo o planeta. A Constituição Federal de 1988 dedicou um capítulo inteiro ao meio ambiente e, ainda assim, todos os recursos públicos de fiscalização e planejamento não tem sido suficientes para garantir a recuperação e preservação do meio ambiente. A partir de uma ocupação irregular, igual a outras existentes nas grandes cidades, os Técnicos da Prefeitura de Porto Alegre, através do Departamento Municipal de Habitação – Demhab iniciaram um aprofundado processo de conhecimento das práticas de preservação do ambiente natural, não apenas no aspecto legal, mas também no âmbito do urbanismo e busca de aperfeiçoamento técnico, para proceder a sua regularização. O resultado do projeto de Regularização Urbanística e Fundiária - PURF possibilitou modificar esta realidade, através de mecanismos técnicos e sociais, incluindo a busca de parceria com a sociedade. Ao final, o trabalho realizado com a participação da comunidade legitimou o processo compondo na parceria, a conscientização para que ações danosas como estas não mais ocorram trazendo prejuízos para o meio ambiente.

Historicamente a zona sul conserva um conjunto de áreas remanescentes dos ecossistemas. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente é o órgão municipal responsável pela proteção do sistema natural e pelo controle da qualidade ambiental. Com o passar dos anos, o processo de urbanização, aliado a especulação imobiliária e o aumento da pobreza, fez com que muitas famílias começassem a ocupar áreas de forma irregular e clandestina. A regularização da Vila Vale do Salso corrigiu um erro contra o patrimônio natural, reafirmando a responsabilidade dos técnicos municipais no cumprimento de seu dever de resguardar os interesses da sociedade com projetos de excelência, como este, que se configura como um marco no âmbito da preservação ecológica.

UTILIZAÇÃO DE UMA FOSSA SÉPTICA BIODIGESTORA PARA MELHORIA DO SANEAMENTO RURAL

✍ **VLADIMIR ST OLZENBERG TORRES**

✉ biologo.vladimir@gmail.com

CRBio 17.201-03, Biólogo, Ms. em Biociências (PUCRS), Dr. em Informática na Educação (UFRGS), Pós-doutorado em Arquitetura e Urbanismo (IME). Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade (Smams).

PALAVRAS-CHAVE

Tratamento de efluentes; Fossa séptica.

RESUMO

A falta de tratamento de esgoto é um dos maiores problemas ambientais da população brasileira, principalmente nas comunidades rurais de baixa renda. Nesse sentido, a busca por tecnologias alternativas e de baixo custo para o tratamento desses efluentes torna-se imprescindível. Uma das alternativas para se evitar a disposição incorreta de efluentes domésticos, na zona rural, é o uso de fossa séptica biodigestora, a qual é economicamente viável e de fácil instalação. Os resultados observados, sugerem que o efluente gerado apresente baixos valores de matéria orgânica.

Fotografia 2 – Caixa de recepção primária

Fonte: acervo do autor, 2017.

Nota: observe-se, no canto superior esquerdo, o cano proveniente do sanitário – águas negras. O cano ao centro, provém do chuveiro e pia do banheiro (águas cinzas), seguindo diretamente para o sumidouro.

A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CRIAÇÃO DO PARQUE NATURAL MORRO DO OSSO, PORTO ALEGRE – RS, BRASIL

✉ **CELSO COPSTEIN WALDEMAR**

✉ copstein@portoalegre.rs.gov.br

Eng. Agrônomo, CREA-RS 56230. Servidor Público da Divisão de Fomento Agropecuário - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE).

PALAVRAS-CHAVE

Morro do Osso; Educação Ambiental; Participação popular.

RESUMO

O Morro do Osso faz parte da cadeia dos morros graníticos existentes em Porto Alegre e localiza-se próximo à margem do Lago Guaíba. Com 143m de altura, possui 220 hectares de área natural e constitui-se num importante reduto biológico, praticamente isolado pela urbanização dos bairros do entorno. É um importante reduto da biodiversidade regional. Foram encontradas 137 espécies diferentes de árvores no Morro do Osso, o que corresponde a 80% das espécies de árvores que ocorrem em Porto Alegre. Possui espécies vegetais ameaçados de extinção. A luta pela preservação do Parque Natural do Morro do Osso durou mais de 15 anos. Por apresentar uma grande biodiversidade e resquícios de Mata Atlântica, o morro motivou ambientalistas do município, comunidades do entorno, universidades e órgãos públicos a buscarem a conservação. A principal conquista dos moradores da área, interessados na criação do Parque, foi a criação da Comissão Permanente de Defesa do Morro do Osso (CPDMO), em 1986. A CPDMO se constituiu no principal meio de defesa dos interesses do Morro do Osso, lutando incansavelmente contra as incorporadoras e demais proprietários de terra que procuram lotear seus terrenos; e também junto ao Poder Público pela criação do Parque Natural Morro do Osso. Em 1979, o parque foi transformado em área de preservação ecológica pelo Plano Diretor da cidade. Trinta e oito (38) entidades participaram do movimento pela criação do parque, entre elas, 10 associações de moradores, 8 escolas públicas e particulares e 8 entidades ecológicas. Em 1994, foi criado o Parque Natural Morro do Osso.

Fotografia 1 – Vista do seu topo. 2016

Fonte: do autor

MORCEGOS E OS SERVIÇOS AMBIENTAIS

✉ **SORAYA RIBEIRO**

✉ ribeiro@smam.prefpoa.com.br

CRBio 17508-03. Bióloga. Mestre em Zoologia. Doutoranda em Diversidade e Manejo da Vida Silvestre. Unisinos. Camila Galvão, Dyessica Brasil Machado, e Marcelo Jardim. Acadêmicos em Biologia UFRGS, IPA, PUCRS. Jamila Carvalho Pereira CRMV-RS 16755, Médica Veterinária. Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade (Smams).

PALAVRAS-CHAVE

Morcegos; Serviços Ambientais; Educação.

RESUMO

Morcegos são animais silvestres de grande importância no equilíbrio ambiental. Dentro desse grupo, encontramos espécies com diversos hábitos alimentares, como as que se alimentam de frutas, outros animais, néctar, insetos e sangue, promovendo diferentes serviços ambientais, como dispersão de sementes, polinização, controle de insetos, entre outros. O município de Porto Alegre possui 21 espécies de morcegos que contribuem para o equilíbrio ambiental da cidade. Dentre essas, destacamos o *Tadarida brasiliensis* (morceguinho das casas). Esta espécie possui um deslocamento sazonal, chegando na cidade na primavera e permanecendo aqui até o verão, saindo da cidade entre janeiro e fevereiro. Este deslocamento ocorre devido à abundância de insetos na cidade nos meses de verão, necessários aos animais que aqui tem seus filhotes. O trabalho do Setor de Fauna Silvestre da SMAMS tem por objetivo orientar quanto à importância destes animais, indicando medidas paliativas para o melhor convívio entre as pessoas e os animais, e evitando mortandades provocadas, que se constituem Crime Ambiental. Nos 12 anos de existência, o Setor de Fauna da SMAMS atendeu a 898 casos envolvendo morcegos na cidade. Um dos casos monitorados pela equipe foi a colônia de 10.000 animais, no centro da cidade, que se instalaram no local em outubro e o abandonaram em fevereiro, comprovando assim, o deslocamento sazonal das colônias em áreas urbanas. Durante os trabalhos de monitoramento do ano de 2018, também foi possível encontrar uma raridade, um exemplar albino da espécie *Molossus molossus*.

Fotografia 2 – Colônia já instalada no forro

Fonte: Setor de Fauna/Smams

Fotografia 3 – Forro sem morcegos, colônia já abandonou o local

Fonte: Setor de Fauna/Smams

PRIMATAS EM PORTO ALEGRE E A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL E DE SAÚDE PÚBLICA

SORAYA RIBEIRO

ribeiro@smam.prefpoa.com.br

CRBio 17508-03. Bióloga. Mestre em Zoologia. Doutoranda em Diversidade e Manejo da Vida Silvestre. Unisinos. Camila Galvão, Dyessica Brasil Machado, e Marcelo Jardim. Acadêmicos em Biologia UFRGS, IPA, PUCRS. Jamila Carvalho Pereira. CRMV-RS 16755, Médica Veterinária. Secretária Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade (Smams).

PALAVRAS-CHAVE

Bugio; Febre Amarela.

RESUMO

O município de Porto Alegre possui duas espécies de primatas, o Bugio Ruivo *Alouatta guariba clamitans* e o Macaco Pregos *Sapajus nigritus*. Estas espécies habitam as matas nativas da cidade especialmente zonas sul, extremo sul e Morro Santana.

Como são primatas, são muito suscetíveis a muitas doenças comuns a nós. No caso da febre amarela, os bugios são os mais sensíveis. A diferença é que para nós há vacina e para estes animais, não há.

A febre amarela é uma arbovirose que, atualmente, encontra-se com seu ciclo silvestre ativo em diversas regiões do Brasil, o que significa que só é transmitido por mosquitos (*Haemagogus sp.*) que habitam a área florestal. O bugio é o primeiro a se contaminar pela doença, pois está mais próximo ao habitat do mosquito. Quando os bugios adoecem e morrem, alerta para a existência do mosquito contaminado na região. Nesse momento, as pessoas iniciam a vacinação.

O Setor de Fauna da SMAMS atua, desde 2008, em conjunto com a SMS no monitoramento de bugios e na vigilância da febre amarela. O setor tem um forte viés na educação ambiental, esclarecendo sobre a importância da conservação dos bugios e seu papel no ciclo da febre amarela, **como animal que não transmite a doença**.

Juntamente com diversas outras entidades, a SMAMS realiza este trabalho, fazendo parte da campanha que teve projeção nacional "Proteja seu anjo da guarda".

Fotografia 1 – Bugio Ruivo *Alouatta guariba clamitans*

Fonte: Setor de Fauna/Smams

A POLÍTICA DA LOGÍSTICA REVERSA NA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE: PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO

ALEXANDRE LEÃO

alexandre@portoalegre.rs.gov.br

CAU RS nº A21566-0. Arquiteto e urbanista
Unidade de Infraestrutura e Serviços Gerais UIS | CASE
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SMPG).

PALAVRAS-CHAVE

Logística reversa; Lâmpadas; Resíduos perigosos; Destino final.

RESUMO

Foi em 1970 que surgiu o conceito de Logística Reversa – processo de devolução e tratamento ambientalmente adequado aos resíduos de setores produtivos, como os de embalagens de agrotóxicos, pilhas, baterias, pneus e óleos lubrificantes. No caso do município de Porto Alegre, a questão gira em torno das lâmpadas já utilizadas. Todos os componentes (vidro, metal e componentes químicos), quando separados adequadamente e descontaminados, podem ser reaproveitados. Criada a partir da Lei Federal 12.305/10, a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos perigosos na logística reversa. Assim, são corresponsáveis pelo destino correto de lâmpadas – fluorescentes, vapor de sódio, vapor de mercúrio, mista e outras tantas – fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, o cidadão e titulares do serviço de manejo dos resíduos sólidos.

Para cumprir a legislação, está em andamento um processo licitatório, na modalidade tomada de preço, para viabilizar a implantação da política reversa na administração municipal. A estimativa para descarte neste primeiro ano é de cerca de 30 mil lâmpadas já estocadas. O objeto licitado é constituído de retirada das lâmpadas queimadas das dependências dos prédios da Prefeitura, transporte e descontaminação. Com isso, a Prefeitura de Porto Alegre dá um passo importante ao se enquadrar na legislação que rege a logística reversa. Visa ao respeito, à preservação ao meio ambiente e à saúde de seus servidores.

Fotografia 1 – Descarte de lâmpadas no Ed. Intendente J. Montaury

Fonte: do autor

A Vida...

"PENSANTE"

✉ **ENG. FLÁVIO NESTOR FERREIRA DAU**

✉ **flanedau@gmail.com**

Aposentado
Secretaria Municipal de
Obras e Viação (SMOV)

*Escutei um viajante
Cansado de tantos caminhos:
- Meu jovem, a vida é uma flor
da qual só nos chegam espinhos.*

*Mais adiante, um ancião,
exausto de tanto viver,
disse: - Meu filho, estou triste,
porque a vida é sofrer.*

*Por discreto, ouvi num canto
um abade a confessar,
dizia à seu cozinheiro,
ser esta vida um penar.*

*Das paixões que vêm ao peito
muitas nos fazem chorar,
mesmo sendo um defeito
ouvi que viver é amar.*

*De meu pai, que longe tenho,
ouvi ainda criança,
falar ser mui bela a vida
se nela existir esperança.*

*Da mestra do meu jardim,
guardo a recordação
disse ser a vida, assim,
uma longa e bela canção.
Minha mãe, meu coração,
por mim já muito sofreu,
ao saber desta questão
disse a vida ser eu.*

*Após já muito viver,
meu filho, vais te lembrar
e sei que então hás de crer
no que agora vou contar:*

*A vida é o jardim do caminho
onde canta uma criança,
onde o espinho é uma flor
e o amor uma esperança.*

Rio de Janeiro, novembro de 1973

Cotidiano

✉ **DRª ENGª ELISA MARQUES**

BARBOSA CHAVES

✉ **elisa.chaves@demhab.prefpoa.com.br**

SUPH/Departamento Municipal
de Habitação (Demhab)

*Em cada esquina,
há uma criança abandonada.
Há uma criança que chora.
Há um mendigo que estende a mão.
Há uma prostituta que se oferece.
Há pobreza e solidão.
Em cada esquina,
há pessoas indiferentes.
Há rostos tristes.
Há desgosto no olhar.
Há ameaças no ar.
Há angústia e costume.
Em cada esquina,
há um executivo apressado.
Um trombadinha preparado.
Um estudante preocupado.
Um pai de família desesperado.
Uma mãe de família com fome.
Um cotidiano.*

*Convivem, em cada esquina,
fome, tristeza, solidão,
alegria, angústia, pobreza,
riqueza, contentamento, desilusão.
O dia a dia das esquinas
se passa como fumaça
que se perde no espaço.*

*Mas sempre se repete
a cada dia que começa.
Uns vêm, outros vão.
Todos procuram algo em algum lugar.
Todos querem sobreviver.
Ninguém se preocupa com outros.
Todos estão demasiadamente
ocupados consigo mesmos.
Sem saber que o que procuram,
realmente está dentro de nós.
Só que, só se manifesta quando
compartilhamos com alguém.
E todos passam pelas esquinas,
cruzamentos, caminhos paralelos.
Sem ter recordação,
sem sentir saudade.
Não vivem, passam pela vida,
nas esquinas do tempo.*

Lá vem a Cíntia

✉ **MARTA HELENA XAVIER**

✉ **martahx@yahoo.com.br**

Enfermeira aposentada
Secretaria Municipal de Saúde (SMS)

*Primeiro chegam os gritos, o corpo vem só depois.
Aparece e logo se atira no chão simulando uma
convulsão. É Cíntia; mas poderia ser Maria, Teresa,
João ou Joaquim.*

*Em um serviço de emergência oitenta por cento
dos casos atendidos são de baixa complexidade, de
fácil resolução nas unidades básicas de saúde ou por
serviços sociais. Esta engrenagem pouco ajustada e
mal gerida no sistema de saúde nos joga na realidade:
Emergências super lotadas. Cíntia faz parte
desta imensa maioria: mulher, negra, pobre, baixa
escolaridade e dependente química. Sem moradia fixa,
perambula pela cidade, dormindo aqui e ali.*

*Tem uma filha que vive sob os cuidados da avó.
- Lá vem a Cíntia!*

*Chega carregada, os passageiros do ônibus
estacionado em frente à emergência estão
assustados. Mal começamos examiná-la e percebemos
a simulação. Num passe de mágica abre os olhos e
pede Diazepam, é viciada nesta medicação. Não
quer só isso, pede banho, roupa limpa e comida.*

- Lá vem a Cíntia!

*Agitada e agressiva cospe para todos os
lados, tenta morder a equipe. Difícil controlar a
situação. É madrugada, estamos exaustos, plantão
tumultuado. Ela se queixa de fome.*

*Em busca de sossego providenciamos um de
nossos lanches.*

-Lá vem a Cíntia!

*Desta vez vem trazida por um médico da unidade
básica. Chega disfarçada e com nome falso. Usa
óculos e touca de lã na cabeça parecendo uma velha.
Está toda molhada.*

*Urinou no banco do carro do médico; não quis
esperar a ambulância para trazê-la; novo no posto,
não conhecia a paciente.*

- Lá vem a Cíntia!

*Agora trazida pelo SAMU. Foi encontrada de
braços numa calçada. Pediu Diazepam e comida.
Era um plantão complicado, cuidávamos de uma
situação grave. Cíntia foi colocada em uma cadeira
ao lado da sala de emergência. Ganhou um sanduíche
de alguém da equipe para distrair*

*-la enquanto aguardasse. Uma hora
depois, quando o paciente que atendíamos estava
estabilizado, fomos ver Cíntia. Metade do sanduíche
estava no colo, braços caídos ao longo do corpo,
cabeça pendendo para traz.*

- Cíntia, Cíntia!

Cíntia se foi.

Menino

✉ DRª ENGª ELISA MARQUES BARBOSA CHAVES
 ✉ elisa.chaves@demhab.prefpoa.com.br
 SUPH/Departamento Municipal
 de Habitação (Demhab)

*Menino,
 aonde você se escondeu?
 Em qual esquina você se perdeu?
 Em qual tempo você ficou?*
*Menino,
 aonde anda seu olhar?
 Seu jeito calmo de falar?
 Sua cabeça feita?*
*Menino,
 Por que se deixou levar?
 Por que se perdeu?
 Por que se drogou?*
*Menino,
 sai desta!
 Não debes continuar!
 Retorne à vida.
 Busque seu caminho.
 Encare com coragem,
 sorria para a vida.*

*O tempo perdido não volta.
 Viva cada momento,
 Tenha consciência,
 Para não se arrepender.
 O que se fez não apaga.
 O que deixou de fazer não encaixa.
 Curta cada segundo.
 Brinque de viver.
 Não tenha pressa.
 Experimente de tudo.
 Há seu tempo.
 Viva por prazer!*

No Cais, Espero!

✉ FERNANDO CARLOS WILLRICH
 ✉ fernandocw@dmae.prefpoa.com.br
 Químico
 Departamento de Água e Esgotos (Dmae)

*Aos prantos de sonoras lástimas;
 Espera infinita no meu cais de angústias;
 Como ave ao mar retorna à terra;
 Sem morrer, alçar adiante não posso.*

*Como aroma de laranjeira em flor;
 Me acariciava o roçar veludoso de ti;
 Nele precipitava o fulgor do teu apelo;
 Em citro suor saciado desejo.*

*Se volveres, no cais espero,
 Espera infinita de teu cálido olhar;
 Mas, como ave ao mar retorna à terra;
 Também alçar adiante não posso.*

*Irrompem ventos ao frágil barco;
 Sacolejam amarras que ao cais me prendem;
 Que força colossal poderá levar-me;
 De volta ao teu mar sem porto?*

*Se volveres, ... no cais terás meus escombros;
 Ao teu cálido olhar restará saudade;
 Meros destroços que lhe trarão assombros;
 Fragmentos disformes do meu desejo insano.*

Setembro, 2016

Protesto

✉ DRª ENGª ELISA MARQUES BARBOSA CHAVES
 ✉ elisa.chaves@demhab.prefpoa.com.br
 SUPH/Departamento Municipal de
 Habitação (Demhab)

*A quietude dos submissos,
 a mordada dos oprimidos,
 a indiferença dos ignorantes,
 o conformismo dos humildes,
 a teimosia dos intransigentes,
 a esperteza dos malandros,
 o oportunismo dos aproveitadores,
 a mão de ferro dos poderosos,
 geram a paz.*

*Uma paz intranquila, imprópria.
 Uma paz forçada e sufocada.
 Incerta.*

*Uma paz, com golpes de Estado,
 terrorismo, bombas, disputas,
 brigas, insatisfação.*

*Uma paz carregada, pesada:
 sobre os ombros dos fracos,
 dos pobres, dos pequenos,
 sobre os ombros dos velhos e
 das crianças;
 sobre os ombros dos poetas
 e sonhadores.*

*Que paz é essa que provoca tantas mortes,
 que escorre tanto sangue,
 que faz sofrer tantas pessoas?*

*... e continuamos indiferentes,
 vemos morte, sofrimento,
 sangue, desespero e opressão...
 Sorrimos felizes...
 Que mal faz que se matem?
 Que se mordam?
 Que se maltratam?
 Que troquem facadas por debaixo da mesa?
 Que de vez em quando ela arranhe,
 nossa perna ou fira a nossa carne?*

Se o mundo continua em paz...

Rosa e o Menino

✉ **MARTA HELENA XAVIER**

✉ martahx@yahoo.com.br

Enfermeira aposentada
Secretaria Municipal de Saúde (SMS)

Rosa chegou em casa com novidade. Mas, a novidade assustou todos na casa. E todos se afastaram. Deixaram Rosa mergulhada numa imensa solidão. Rosa e o menino, mais ninguém. Foi uma solidão arrastada, como chuva de inverno. Chuva que molhava o corpo e a alma. Solidão de durar uma vida.

E, assim, Rosa foi se virando, ela e o menino. O menino que Rosa não podia ver. Só sentir. Mas, sentir era o que lhe bastava. Isso alimentava Rosa que alimentava o menino. E os dois iam seguindo o mesmo caminho. Um com o outro e um no outro. Os dois em silêncio.

Conversavam em pensamento, Rosa e o menino. Sentiam-se, não se viam, mas se conheciam. Precisavam-se, se bastavam.

Na casa, todos olhavam Rosa de longe. Não sabiam o que dizer a ela, e quando diziam, feriam o seu coração. Nessas horas, se encolhia, às vezes virava bicho. Bicho machucado. Bicho dóido. E uma tempestade se entranhava nela. Então, Rosa sonhava. Sonhava com o sol e o menino. E o mundo se aquietava.

Uma noite, Rosa desaguou. Gemeu todas as dores. Rezou todas as rezas, até que chegou o sol. E Rosa pode ver seu menino, e no seu colo o abraçou. Aos poucos, as pessoas da casa foram chegando. Queriam ver o menino. Mas ele era de Rosa, só de Rosa. Teve medo que lhe pegassem a criança, apertou-a contra o peito e gritou. Gritou que o menino era dela.

E, assim, seguiu vivendo. Foi ensinando o pouco que sabia para o filho. E ele foi ensinando a Rosa o muito que tinha para ensinar. Falou a Rosa que ele não era de ninguém, nem de Rosa. Era do mundo, igual a todos os outros meninos. Também mostrou que no seu mundo tinha um lugar só dela. E até nos dias de hoje, quando a solidão ameaça chegar, Rosa corre para esse lugar que é só deles, o lugar de Rosa e o menino.

Sentidos

✉ **DRª ENGª ELISA MARQUES BARBOSA CHAVES**

✉ elisa.chaves@demhab.prefpoa.com.br

SUPH/Departamento Municipal
de Habitação (Demhab)

*Tu que me olhas, não podes me ver.
Tu que apenas passas, não sabes me ver.
Tu que não sabes minha história, não podes compreender.
Tu que pensas conhecer tudo, apenas te iludes.*

*Tu que supões que as pessoas são iguais,
perdes de aprender a ver a beleza de cada um.*

Somos produto de toda uma vida.

Enxergamos cada situação baseados em fatos semelhantes anteriores.

Mas, os fatos não se repetem, são outros os personagens.

É outro o contexto.

Assim como em um jardim, o vento sopra sobre todas as flores.

umas se despetalam, outras pedem e dançam ao seu sabor.

Outras brincam e se tocam, outras apenas sorriem e espreguiçam.

Fica um suave perfume no ar.

Perfume exalado pelo interior, pelo que muda lá dentro.

Pela beleza de se enxergar por dentro.

Quebrar a caixa de embalagem e observar os cristais.

Frágeis de som musical.

Tocar a palha que envolve a suavemente limpar a poeira.

Delicadamente segurar

Observar o arco-íris pela transparência refletindo a luz.

Fica uma tranqüila melodia no ar.

Tempo

✉ **KARIN KREISMANN CARTERI**

✉ karin.carteri@gmail.com

Bibliotecária aposentada
Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade (Smams)

Um dia, quase fui menina.

Foi breve; parou quando virei a esquina...

Na calçada, esbarrei em uma senhora.

Na mesma hora,

percebi que ela era eu.

Anos, no bueiro, escoaram...

Sequer peguei a bola que fora buscar.

CERTIFICADOS

A Astec reuniu autores da Expotec, em 20 de novembro, oportunidade em que eles falaram sobre os contextos em que produziram suas obras, a satisfação de integrar a mostra e também receberam o certificado de participação, entregue pelas integrantes da Comissão de Seleção e Organização do evento, bibl. Carmem von Hoonholtz e méd. vet. Carla Rosane Bacedo de Vargas, sob a presidência do eng. civil Sérgio Brum.

Participaram os seguintes autores: eng. agr. Celso Copstein Waldemar; arq. e urb. Alexandre Leão; eng^a Elisa Marques Ferreira Chaves; eng. Flávio Nestor Ferreira Dau, o "Pensante"; e o eng. agr. Irineu Foschiera, juntamente com o presidente e os diretores da Astec; RP Rita Becco, de Relações Sindicais e Trabalhistas; adm. Márcia Carcuchinski da Silva, Administrativa; e eng. civil Carlos Bernd, Financeiro.

Eng. agr. Celso Copstein Waldemar, e as integrantes da Comissão de Seleção e Organização, bibl. Carmem von Hoonholtz, e méd. vet. Carla Rosane Bacedo de Vargas

Eng. agr. Irineu Foschiera

Eng.ª Elisa Marques Ferreira Chaves

Arq. e Urb. Alexandre Leão

Diretores da Astec e autores publicados na 6ª Expotec

Eng. Flávio Nestor Ferreira Dau, o "Pensante"

Verdade sobre as finanças da Prefeitura de Porto Alegre

Recentes estudos desenvolvidos pelo associado da Astec, econ. Paulo Müzell, com base no Portal da Transparência da Prefeitura de Porto Alegre, apontam que a realidade econômica do município é diferente da anunciada reiteradamente pela atual Administração. Confira o que revelam os números.

O COMPORTAMENTO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

RCL dos 12 meses anteriores a 31 outubro/2019: **R\$ 5.962 milhões**

RCL dos 12 meses anteriores a 31 outubro/2018: **R\$ 5.521 milhões**

Varição nominal: **+ 7,97%**

Varição real (correção pelo IPCA): **+ 4,15%**

Fonte: Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Portal da Transparência

O COMPORTAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL E ENCARGOS

2017: R\$ 3.349 milhões, valor nominal, preços correntes

2018: R\$ 3.356 milhões, valor nominal, preços correntes

Valor corrigido (IPCA) - 2017: **R\$ 3.475 milhões**

2018: R\$ 3.356 milhões (- 3,42%)

2018, valor corrigido, despesa até outubro: **R\$ 2.412 milhões**

2019, despesa até outubro: **R\$ 2.333 milhões**

Varição **2019/2018 = - 3,27%**

A despesa de pessoal e encargos teve uma redução de **2017** a 2019 de **6,57%**

Fonte: LRF, Portal da Transparência

O INVESTIMENTO

Corrigindo o investimento da Prefeitura de Porto Alegre, de 2004 – que segundo “O balanço das finanças” SMF/Prefpoa, foi de **R\$ 147,5 milhões** – o valor, a preços atuais, é de **R\$ 391 milhões**. Este ano, até o dia 9/12, foram investidos (liquidados) apenas **R\$ 111 milhões** (fonte: SDO da SMF).

Projetando para **2019** um investimento de **R\$ 130 milhões**, resultaria em uma **média**, no período **2017/2019**, de **R\$ 140/milhões/ano** de investimentos.

Ora, uma média anual de **R\$ 140 milhões** é **R\$ 251 milhões/ano** menor do que o investido quinze anos atrás. Significa dizer que, nesses **três anos**, tendo como parâmetro 2004, o governo de Marcezan Júnior aplicou **R\$ 750 milhões a menos** em obras da cidade.

O COMPROMETIMENTO DA RCL COM A DESPESA DE PESSOAL E ENCARGOS

• Portal da Transparência/LRF: **46,26%**

• TCE/RS: **42,15%**

• Limite prudencial: **51,3%**

• Limite total: **54%**

A Prefeitura, nos últimos anos, concedeu os reajustes que a lei determina (IPCA) e pagou o **13º em dia**, com níveis de comprometimento da RCL próximos dos **50%**.

O percentual de comprometimento do Tribunal de Contas do Estado (que é o que vale) está **9,15% abaixo** do limite prudencial, o que significa que poderiam ser gastos **R\$ 320 milhões a mais** com a folha sem ferir a LRF.

SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA (ATIVOS MENOS PASSIVOS FINANCEIROS)

2013: + R\$ 1.157 milhões

2018: + R\$ 2.202 milhões

OBSERVAÇÕES FINAIS

No final de novembro, existia uma defasagem salarial (IPCA) de **13,4%** em relação à data do último reajuste, em maio de **2016**. Além disso, a contribuição previdenciária foi aumentada em **3%**. O município recebe hoje **16,5% a menos** por mês – significa que o **prefeito economiza**, quando paga cada folha mensal, **R\$ 43 milhões**. Como são 13 folhas com o 13º, ele paga em salários **R\$ 550 milhões a menos por ano**.

Marcezan investiu em média, por ano, no triênio 2017/2019, **apenas R\$ 140 milhões**, contra quase **R\$ 400 milhões** em 2004 – ou seja, **menos R\$ 260 milhões** em obras a cada ano.

A economia da cidade, com os baixos investimentos e o arrocho salarial, a cada ano tem a demanda reduzida em **R\$ 550 + R\$ 260 milhões**, ou seja, **R\$ 810 milhões**. **Menos empregos** no comércio. **Mais reduções** das compras no comércio (**R\$ 77 milhões**) pelo **parcelamento do 13º**.

Astec realiza **Painel:** “O servidor público e a nova previdência”

A Reforma da Previdência foi tema do painel “O servidor público e a nova previdência”, realizado pela Astec, em 28 de agosto, na Câmara Municipal de Porto Alegre. Mediado pelo jornalista, professor universitário e escritor Juremir Machado, o encontro teve como debatedores: os vereadores Adeli Sell e Alex Fraga; os deputados estaduais Sofia Cavedon e Pepe Vargas; o procurador Edmilson Todeschini, presidente do Conselho

de Administração do Previmpa; e o auditor Amauri Perusso, presidente da Federação das Entidades de Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil (FENASTC).

O público que compareceu ao painel foi recepcionado com um lanche preparado pela Astec e os 50 primeiros a chegarem foram presenteados com o livro *Ser Feliz é Tudo Que se Quer*, de Juremir Machado, que autografou os exemplares.

Eng. civil **Sérgio Brum**,
presidente da Astec

Jornalista **Juremir Machado**,
mediador do painel

Vereador
Adeli Sell

Vereador
Alex Fraga

Auditor-fiscal **Amauri Perusso**,
presidente da FENASTC

Proc. **Edmilson Todeschini**,
presidente do CAD Previmpa

Deputado Estadual
Pepe Vargas

Deputada Estadual
Sofia Cavedon

Temas abordados pelos painelistas

- Vereador Adeli Sell – **Relação do Executivo com o Legislativo e os servidores**
- Vereador Alex Fraga – **O que diz a reforma sobre a gestão da previdência nos municípios**
- Deputado estadual Pepe Vargas – **As principais mudanças que atingem todos os trabalhadores**
- Deputada estadual Sofia Cavedon – **As principais mudanças que atingem os professores**
- Edmilson Todeschini, presidente do Conselho de Administração do Previmpa – **Perspectivas e alternativas para a garantia dos direitos dos segurados do Previmpa**
- Amauri Perusso – presidente da Federação das Entidades de Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil (FENASTC) – **Os números e as contas da previdência social**

Acompanhe a íntegra do evento: <https://bit.ly/38USb7y>

Astec: Um quarto de século de história

**Diretoria
Executiva e
presidente
do Conselho
Deliberativo
2019-2020**

Fotos Juliana Cupini

A noite de 18 de outubro foi marcada por homenagens e emoção. No Restaurante Panorama, da PUCRS, a festa de 25 anos da Astec comemorou um quarto de século de história da Associação, fundada em 8 de junho de 1994, tendo como ponto alto a entrega do troféu que simboliza o agradecimento dos colegas e da sociedade pelo trabalho dedicado à cidade de Porto Alegre, no exercício de suas profissões, a 15 técnicos de nível superior associados que se aposentaram no período de julho de 2018 a junho de 2019. Além deles, o médico Júlio Portanova Rocha, presidente da Astec na gestão 2007-2008, recebeu

homenagem especial, como destaque na luta em defesa dos interesses dos municipais e alusiva ao Dia do Médico, transcorrido naquela data.

A oportunidade também foi para reencontrar colegas; confraternizar com amigos; aproveitar a fantástica diversidade de sabores do cardápio; degustar o bufê de sobremesas, um capítulo à parte; curtir o show do Hard Blues Trio; e, ainda, soltar o corpo na pista de dança, até a madrugada. Claro, tudo depois de cantar “Parabéns a você”, para a Astec, com direito a bolo com velinha!

**Técnicos aposentados
recebem o reconhecimento
pelos serviços prestados
à cidade, ao longo de suas
carreiras**

Os homenageados foram apresentados pelo presidente da Astec, eng. civil Sérgio Brum, e pela diretora de Relações Sindicais e Trabalhistas, rel. públ. Rita Becco. O presidente do Conselho Deliberativo, jorn. Adroaldo Corrêa, e os demais integrantes da Diretoria Executiva 2019-2020, eng. agr. Irineu Foschiera, vice-presidente; eng. civil Carlos Bernd, diretor Financeiro; adm. Márcia Carcuchinski da Silva, diretora Administrativa; bibl. Carmem von Hoonholtz, diretora Cultural; e enf. Maristela Fiorini, diretora de Relações com os Aposentados e Pensionistas, entregaram os troféus para: eng. civil Álvaro Kniestedt, eng. civil Carlos Adolfo Bernd, eng. mec. Elton Luis Bortoncello, méd. Elaine Black Cecon, psic. Fabiane Inês Binsfeld, biól. Heleno Cabral Quintana, méd. Jacqueline Lenzi Gatti Elbern, adm. Jardel de Borba Cunha, eng. civil Larry Medeiros Lago, enf. Márcia Elisa Weber, enf. Maristela Fiorini, enf. Marta Helena da Fontoura Xavier, eng. mec. Ricardo Zucareli Pulvirenti, adm. Sônia Rosi da Silva Rodrigues, enf. Zoraide Immich Wagner e méd. Júlio César Portanova Rocha.

CONFIRA A

GALERIA DE FOTOS
COMPLETA DO EVENTO

www.bit.ly/2Pd9Uz4

Estilos variados animaram os convidados a soltar o corpo na pista de dança, até a madrugada

Denise Rodrigues recebeu da enf. Maristela Fiorini uma das cestas de produtos coloniais sorteadas na noite

Carmem Ferrarri foi a outra feliz ganhadora dos produtos do sítio da diretora adm. Márcia Carcuchinski da Silva

A alegria de viver bons momentos entre amigas

Diretoria Executiva 2019-2020

Parabéns a você, Astec, pelos 25 anos de lutas!

Cesar Sulzbach, presidente da APMPA, com a esposa, Marluce, e o presidente da Astec, eng. Sérgio Brum

O som do Hard Blues Trio abriu a pista de dança

O cardápio irretocável do Panorama e a carta de bebidas foram elogiados pelos convidados

Adm. Sônia Rosi Rodrigues foi sorteada com viagem, com acompanhante, ao Filó em Vila Flores, oferecida por Cláudio Roberto Turismo, conveniado à Astec

A segunda viagem da noite, oferecida pela Imagem Tur, saiu para a professora Cleusa Couto: um passeio para o Natal Luz, em Gramado

Procuradores Cláudio Hiran Duarte, Edmilson Todeschini e Marcelo Dias Ferreira, da Comissão Jurídica da Astec, com o presidente eng. Sérgio Brum

Novos sócios

A Astec cumprimenta seus mais novos associados!

- Professora **Carla Silvana Prates Martins** – SMED
- Farmacêutica **Gabriela Escouto** – SAD – Leste-Norte
- Enfermeiro **Gilberto Machado Guimarães** – HMIPV
- Engenheiro **João Paulo Cardoso Joaquim** – SMIM
- Engenheiro **Luis Ferrari Borba** – SUPH/COB

- Arquiteta **Vaneska Paiva Henrique** – UEU – CPUDGPUS
- Arquiteta **Verônica Moraes Medina** – EVE
- Engenheiro civil **Marcos Feder** – SMF
- Professora **Janice Castilhos** – Previmpa – Aposentada
- Técnica em Turismo **Luciana Markus** – SMC

Previmpa tem novos conselheiros

Divulgação Simpa

A chapa, Autonomia Previdenciária, foi eleita para os Conselhos de Administração e Fiscal do Previmpa, no biênio 2020-2021. Os eleitos, representantes dos servidores da Prefeitura, irão fortalecer os conselhos de Administração e Fiscal como órgãos de controle e fiscalização da gestão do Departamento

A chapa, Autonomia Previdenciária, foi eleita para os Conselhos de Administração e Fiscal do Previmpa, no biênio 2020-2021, alcançando expressiva votação, com 9.504 votos, em um universo de 25.413 eleitores, e ultrapassando em mais de 50% o número mínimo necessário de votos para validar o processo eleitoral. Os 18 membros do Conselho de Administração e seis do Conselho Fiscal, são representantes dos servidores da Prefeitura que irão fortalecer os conselhos de Administração e Fiscal como órgãos de controle e fiscalização da gestão do Departamento.

ELEITOS

Conselho de Administração

Lucimar Rodrigues (FASC) • Edmilson Todeschini (PGM) • Jeferson Miola (SMS) • Jonas Reis (SMED) • Raul Giacoboni (Aposentado) • Edson Zomar (DMAE) • Sérgio Brum (Aposentado) • Valdionor Freitas (SMS) • Sinthia Santos Mayer (SMED) **Suplentes:** Márcia Ferreira (SMED) • Rita Becco (SMPG) • Daniela Coelho (SMS) • Luiz Borba (DEMHAB) • Elaine Rosner (Aposentada) • Marcos Calvete (DMAE) • Mônica Sanchotente (Aposentada) • Luciana Moura (DMAE) • Cesar Assis Rolim (SMED)

Conselho Fiscal

Marcia Quadrado (SMPG) • Paulo Roberto Muzzel (Aposentado) • Assis Olegário Filho (SMED) **Suplentes:** Arnaldo Luiz Dutra (DMLU) • Evly Abreu Cascaes (Aposentada) • Carlos Adolfo Bernd (Aposentado)

Astec e Acespa: parceria em prol dos servidores

Presidentes da Acespa, adm. Rita Eloy, à direita, e da Astec, eng. civil Sérgio Brum, com a esposa, Neide

Adm. Rita Eloy cumprimenta diretora Administrativa da Astec, adm. Márcia Carcuchinski da Silva, e presidente do Conselho Fiscal, adm. Margareta Baumgarten

Vice-presidente da Acespa, adm. Eros Martins, e presidente da Astec, eng. civil Sérgio Brum

Integrantes da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da Astec prestigiaram o evento de comemoração dos 37 anos da Acespa, na noite de 8 de novembro, na Sociedade Germânia. O presidente, eng. civil Sérgio Brum, e as diretoras Administrativa, adm. Márcia Carcuchinski da Silva, e Cultural, Car-

mem von Hoonholtz, juntamente com presidente do Conselho Fiscal, adm. Margareta Baumgarten, a conselheira enf. Lurdes Tura e diversos associados cumprimentaram a diretoria da entidade parceira em defesa dos servidores municipais, atualmente, presidida pela adm. Rita Eloy.

Fotos Israel Gonçalves

Ação social: Astec destina mais de 80 kg de plástico e 13 kg de alumínio para reciclagem

O último quadrimestre foi de solidariedade, na Astec, com a destinação de 87,5 kg de tampinhas e mais de 12,2 kg de lacres de alumínio ao Educandário São João Batista, entidade beneficente que atende crianças e jovens com deficiências múltiplas e paralisia cerebral, na zona sul de Porto Alegre. Mais uma

vez, parabéns ao Núcleo Astec-SMIM, que angariou, sozinho, 34 kg de plástico e 4,5 kg de lacres, do total arrecadado. Mobilize-se também e ajude o meio ambiente e os usuários dos serviços do Educandário, que precisam muito dessa ação social! Informações em www.astecmpa.com.br.

Divulgação Astec

Em 25/09, assistente administrativa Eugênia Goytacaz e enf. Maristela Fiorini, diretora de Relações com os Aposentados

Em 11/12, eng. agr. Irineu Foschiera, vice-presidente da Astec; assistente administrativa Eugênia Goytacaz e integrantes no Núcleo SMAMS, jardineiro Rubens Dornelles e desenhista Lísis Ely

Em 13/11, integrantes do Núcleo Astec-SMIM, ass. soc. Simoni Bampi e eng. Rogério Simão; Alex Sandro da Rosa, funcionário do ESJB; e Luciana Burato, estagiária de serviço social da SMIM

RÁPIDAS

DENÚNCIA

Em 11/10, Astec apresenta **denúncia**, em seu site, sobre o envio dos PLCEs nº 12 e 13/2019 à Câmara Municipal, como objetivo de **contratar** profissionais de nível superior formados há no máximo cinco anos, **sem respeitar pisos salariais** das categorias.

prefeitura não pode parcelar salários

Astec obteve, em 27/11, confirmação da **sentença de procedência** do TJ-RS, em seu **Mandado de Segurança Coletivo** para impedir o parcelamento dos vencimentos de seus associados. Caso o Município não cumpra a determinação judicial, deverá arcar com multa diária de R\$ 500. Ainda cabe recurso ao STJ.

Reposição de diferenças decorrentes do parcelamento de salários

Escritório Direito Social, assessoria jurídica da Astec, informa que, na ação em que buscamos a reposição das diferenças em razão do parcelamento dos vencimentos dos servidores, ainda aguardamos a sentença do processo. **Acompanhe as informações pelas mídias da Astec.**

Fotos Leonardo Cardoso/CMPA

O presidente da Astec, eng. civil Sérgio Brum, participou do **relançamento da Frente Parlamentar em Defesa de Servidores e Serviços Públicos de Qualidade**, em 8/11, na Câmara Municipal. Coordenação do vereador Adeli Sell.

Priscila Lobregatte/Simpa

Entidades representativas dos municípios, dentre elas, a Astec, estiveram reunidas na sede do Simpa, em 19/11, para estudar o **impacto da aprovação do PLCE nº 14/2018 (Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal)**, pela Câmara de Vereadores, em 11/11. Entre outras alterações, o texto, que até o fechamento desta edição aguardava sanção do prefeito, prevê o fim da estabilidade dos funcionários públicos.

Divulgação Astec

Os associados presentes à assembleia geral de 25/9 aprovaram, por unanimidade, a **alteração do Estatuto** da Astec.

João Alves

A diretora Cultural, bibl. **Carmem von Hoonholtz** representou a Astec na cerimônia de entrega do **32º Prêmio Mérito em Administração 2019**, em 1/9. Foram distinguidos por se destacarem em suas atividades, em 2018: adm. Ronald Kruppenauer, secretário Estadual de Educação (Setor Público); adm. Vítor Augusto Koch, presidente da FCDL-RS (Setor Privado); adm. Orian Kubaski, gerente de Recursos Humanos do Senac-RS (Educação); e Márcia Helena Rodrigues, tecnóloga em Processos Gerenciais (categoria Tecnólogo).

Voluntariado — Uma vivência emocionante

Cleida Maria da Cunha Feijó Gomes

Tinha a ideia de que, ao me aposentar, gostaria de ter contato com crianças, e uma colega, a Lourdes, comentava fazer voluntariado com bebês, na maternidade da Santa Casa, e aí pensei: “é isso que eu quero!”

Assim, após me aposentar, em 2014, fui fazer os cursos necessários para poder me habilitar para essa atividade. Em 2015, me tornei voluntária na Unidade de Cuidados Intensivos (UCI) no Neonatal da Maternidade do Hospital Santa Clara, no Complexo da Santa Casa. Trata-se de dar colinho aos bebês (chamado de *maternagem*), auxiliando as técnicas de enfermagem da UCI. Os momentos desse colinho são após os bebês terem sido alimentados, ou também quando estão chorando por causa de algum desconforto. Mas, somente se dá o colo para aqueles cujas mães não estão presentes.

Esse colo é importante para acalmar e dar carinho aos bebês, e eles respondem muito bem serenando e dormindo

Em cada tarde, saio de lá leve e satisfeita com a vida pelo contato com esses serzinhos que estão iniciando sua jornada aqui!

Arquivo pessoal

Os bebês internados nessa UCI estão ali porque ainda não estão em condições de ir para casa. Podem ser prematuros, e só poderão sair ao atingirem dois quilos de peso. Também podem ter adquirido alguma infecção e estarem em tratamento; terem feito alguma cirurgia ou, o mais sério, estão aguardando para ir para o abrigo para adoção – normalmente por terem sido rejeitados.

Esse colo é importante para acalmar e dar carinho aos bebês, e eles respondem muito bem serenando e dormindo. Mas, confesso que, ao se apaziguarem, me sinto gratificada por estar auxiliando! Em cada tarde, saio de lá leve e satisfeita com a vida pelo contato com esses serzinhos que estão iniciando sua jornada aqui!

Transformando a frustração em produtividade

Adinaldo aprecia o resultado da sua obra, em companhia da inseparável companheira, a cachorrinha Luna

A chegada da aposentadoria me trouxe uma frustração profissional. Eu estava no meu ápice de produtividade e intelectualidade e acabei optando por abandonar tudo o que sempre busquei – a realização e o reconhecimento profissional pelo trabalho executado. A insegurança face à mudança previdenciária, a desvalorização e a descaracterização da atividade de servidor público por perdas de conquistas históricas que me davam a segurança e a motivação necessária de poder continuar prestando um serviço de qualidade à população de nossa cidade me levaram a buscar novos caminhos.

A aposentadoria é um desafio onde a tua rotina é alterada, e eu encarei como um momento especial, no qual eu deixaria de fazer as coisas por obrigação e dever e passaria a fazer atividades por prazer. Assim, colocar um pijama e ficar na frente da tv com um controle remoto na mão não estava nos meus planos. Procurei ampliar meus horizontes e relacionamentos pessoais, por meio de grupos de amigos do colégio do segundo grau, casais amigos, que chamo de confraria, onde só os homens cozinham. Procuro realizar viagens com a família, com amigos e grupo de amigos. Aliado a isso, ainda fui buscando me aperfeiçoar em coisas que me dão prazer, como cozinhar e escrever.

As mídias sociais ficaram chatas, depois do último pleito eleitoral. Estão muito sisudas e a generalização política tornou os acessos proibitivos, com amizades e relações familiares sendo rompidas. Para fugir de rótulos tipo “cozinha” ou “mortadela”, adotei uma estratégia de acesso e publicações nesses espaços. Neles, eu posto piadas ou pequenas crônicas, para sair dos estereótipos criados. Assim, comecei a produzir pequenas crônicas relatando o cotidiano vivido, sob um viés de humor. Amigos gostavam do que liam, elogiavam os textos criados e me incentivavam a produzir mais crônicas.

Um momento de produção literária: concentração

Passado algum tempo, começaram a sugerir que eu elaborasse uma coletânea dos textos produzidos e os publicasse. Dentro dessa premissa, tomei a coragem necessária de juntar as minhas crônicas, cujos temas abordam o cotidiano das relações familiares e sociais, sob um viés bem-humorado e fugindo de temas políticos que pudessem gerar animosidades. A decisão de publicar o livro é para que mais pessoas, além do meu círculo social, possam também entreter-se, por meio de uma leitura leve e divertida.

Parece que deu certo. Eu, pelo menos, estou muito satisfeito!

O Cotidiano com Humor, de Adinaldo Soares Fraga, lançado na 65ª Feira do Livro de Porto Alegre, em sessão de autógrafos prestigiada pela direção da Astec

Cordeiro com Molho de Morangos Picante

com purê de batatas e mandioquinha (porção para 4 pessoas)

GLÊNIO VIANNA BOHRER

✉ glenio.bohrer@gp.prefpoa.com.br

Arquiteto. Assessor de Planejamento no EPEGP/SMPG. Coordenador do Projeto Viva o Centro 2005/2013. Coordenador do Projeto Orla 2013/2016. Mestre em Arquitetura pela UFRGS. Professor Adjunto da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

1 INGREDIENTES CORDEIRO

- 4 peças de lombo (são vendidas em pacotes de 2 peças no supermercado – podem ser utilizados outros cortes)
- Sal a gosto
- 90g de manteiga

PREPARO Aquecer a frigideira em fogo alto, derreter a manteiga até dourar e selar as peças de cordeiro nos dois lados. O cordeiro não deve ser mudado de posição na panela para garantir uma boa selagem e deve ser servido ao ponto.

DICA Após a selagem o fogo pode ser levemente reduzido para fazer o cozimento interno. Esta finalização pode também ser executada no forno por cerca de 8 minutos, permitindo que todas as peças estejam prontas no mesmo momento. O cozimento na frigideira deve ser feito individualmente. Se todas as peças forem colocadas ao mesmo tempo o nível de calor irá baixar e a carne perderá o suco. Na hora de cortar para servir (opcional) espere a carne descansar alguns minutos para que não perca os líquidos internos.

3 INGREDIENTES PURÊ DE BATATAS E MANDIOQUINHA

- 350 g de batatas
- 500 g de mandioquinhas (batata baroa)
- Sal a gosto
- 50 g de manteiga
- Uma porção de féculas de trigo (sagú)

PREPARO Cozinhar separadamente as batatas e as mandioquinhas até o ponto de purê. Temperar com sal e amassar cada porção umedecendo-as com manteiga até obter massas uniformes e de consistência firme, uma vez que serão montadas em um molde de aro. A fécula de trigo deve ser fervida em água até ficar transparente e será utilizada na montagem do prato.

DICAS Os purês devem ter a presença do sal para contrastar com o sabor adocicado do molho. Os moldes de aro podem ser adquiridos em casas de produtos para confeitarias e panificadoras.

MONTAGEM Com todos os ingredientes finalizados e aquecidos (os purês podem ficar de reserva em banho maria) primeiro monte a torre de purês untando o aro com azeite ou óleo, preenchendo, com uso de uma colher, a primeira metade com a massa de mandioquinha e em seguida com a de batata inglesa. Retire o molde com cuidado para manter a forma. Derrame a parte líquida do molho em todo o fundo do prato criando uma lâmina rasa envolvendo o purê. Acomode a carne fatiada sobre o molho, mantendo a unidade visual da peça. Disponha os morangos, pequenas porções da fécula de trigo e algumas folhas de alecrim fresco para concluir a decoração. Acompanhe, de preferência, com vinho tinto e ótimas companhias.

2 INGREDIENTES MOLHO DE MORANGOS PICANTE

- Morangos frescos maduros (4 a 5 por pessoa)
- 200 g de açúcar
- 80 ml água
- Geléia de morango com pimenta (Casa Madeira) – pode ser utilizada geléia de morango misturada com parte de geléia de pimenta
- Uma pitada de sal
- Alecrim fresco

PREPARO Em uma panela murchar os morangos na calda de açúcar e água até ferver e soltar o caldo vermelho da fruta. Adicionar a geléia, a pitada de sal e folhas de alecrim. Reservar.

DICA Os morangos devem ser lavados com o talo para não absorverem umidade. Após a lavagem retirar o talo e cortar em duas ou quatro partes no sentido longitudinal (conforme o tamanho).

INSTRUÇÕES AOS AUTORES PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS NA REVISTA DA ASTEC

Comissão Editorial da Astec

APRESENTAÇÃO

A Revista da Astec é uma publicação semestral, com **ISSN Nº 2317-6407**, que objetiva divulgar **notícias** de interesse dos técnicos de nível superior da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), bem como publicar **artigos ou comunicações de caráter técnico ou científico** escritas pelos sócios, a fim de valorizar os seus trabalhos desenvolvidos no âmbito da PMPA.

A aceitação ou recusa de publicação fica condicionada à avaliação da **Comissão Editorial**, que se reserva o direito de efetuar as adequações dos textos necessários para manter a uniformidade da Revista.

As instruções estão sujeitas a alterações. Mantenha-se atualizado, por meio do site da Astec.

ORIENTAÇÕES

As contribuições dos **sócios** para as seguintes seções: **Opinião, Hobby, Gastronomia** e outras, terão redação finalizada pela **jornalista da Astec**, a partir das informações prestadas.

Os artigos ou comunicações de caráter técnico ou científico poderão ser inéditos ou não, com enfoque teórico ou prático: projetos, pesquisas, estudos de casos, relatos de experiências, resenhas de teses e dissertações, desenvolvidos no âmbito da gestão municipal. Na normatização, os autores contarão com **auxílio da diretora cultural da Astec**, bibl. Carmem von Hoonholtz, por quem os artigos serão revisados e adequados.

Os encaminhamentos das contribuições, artigos e/ou comunicações de caráter técnico ou científico serão para jornalista da Astec, Ruvana De Carli, pelo e-mail: asteccomunicacao@gmail.com, anexando os seguintes dados:

- uma foto de rosto do(s) autor(es) (enquadramento "tipo 3x4"), com boa iluminação, sem óculos e sem chapéu, em alta resolução, formato jpeg;
- nome completo do(s) autor(es);
- profissão;
- cargo;
- secretaria/órgão;
- matrícula;
- telefones para contato.

Os artigos ou comunicações de caráter técnico ou científico devem seguir o seguinte padrão de texto:

- em média, entre **6 mil e 8 mil caracteres**, com espaços, incluindo o texto, nome, função, lotação do(s) autor(es) e as referências bibliográficas tamanho de texto varia de acordo com a quantidade de ilustrações;
- ilustrações (fotografias, quadros, tabelas e gráficos) ou imagens deverão ser em **alta resolução** (mínimo 300 dpi), **formato jpeg**;
- as tabelas, os quadros e os gráficos em fonte **Arial, corpo 11**.

Todas as categorias de artigos que apresentarem citações de fontes recomenda-se utilizar para **referências** a norma da **ABNT:NBR 6023** Informação e documentação – Referências – Elaboração, novembro de 2018, 2ª edição.

RECOMENDAÇÕES

No site da Astec está disponível a **versão completa das Instruções** com a sugestão de estrutura de artigo de natureza técnica e/ou científica, segundo as **novas normas** da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como exemplos de referências, ilustrações, tabelas e gráficos.

Consulte em www.astecmpa.com.br – Publicações – Revista da Astec – Instruções aos autores.

VERTE SAÚDE INTEGRAL

(COLETIVO POR ADESÃO)

O que o plano oferece?

CONSULTAS MÉDICAS E EXAMES

PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS

INTERNAÇÃO HOSPITALAR

COBERTURA PARA PARTO

SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO E TERAPIAS

ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Hospitais Credenciados

- Hospital Ernesto Dornelles
- Hospital São Lucas da PUCRS
- Complexo Hospitalar Santa Casa:
 - Hospital Dom Vicente Scherer
 - Hospital Pavilhão Pereira Filho
 - Hospital Santa Clara
 - Hospital Santa Rita
 - Hospital da Criança Santo Antônio
 - Hospital São José
 - Hospital São Francisco
- Day Hospital São Pietro
- Hospital Beneficência Portuguesa
- Fundação Universitária de Cardiologia (Viamão)
- Hospital Nossa Senhora das Graças (Canoas)
- Hospital Dom João Becker (Gravataí)

PARA
ADESÕES ATÉ
20/12/2019

Carências

Franquias* somente para:

- Fisioterapia: R\$ 6,00
- Terapia Ocupacional: R\$ 10,00
- Fonoaudiologia: R\$ 10,00
- Psicologia: R\$ 12,00
- Nutrição: R\$ 10,00
- Internação Psiquiátrica: R\$ 70,00
- Petscan: R\$ 500,00
- Acupuntura: R\$ 9,00
- Mamografia: R\$ 14,00
- Tomografia: R\$ 40,00
- Ressonância: R\$ 80,00
- Câmara Hiperbárica: R\$ 80,00

- 24 horas - Urgência e emergência (SEM CARÊNCIA)
- 30 dias - Consultas médicas, análises clínicas e Raio X simples (SEM CARÊNCIA)
- 90 dias - Exames obstétricos, exames radiológicos contrastados (SEM CARÊNCIA)
- 180 dias - Demais procedimentos
- 300 dias - Procedimentos obstétricos e partos

Consulta médica R\$ 18,00

Quem pode ser dependente: filhos naturais, adotivos, tutelados, enteados, netos até 35 anos; e cônjuges, esposo(a) ou companheiro (a).

FAIXA ETÁRIA	CA-VSI
0 a 18	R\$ 154,80
19 a 23	R\$ 176,00
24 a 28	R\$ 196,80
29 a 33	R\$ 220,00
34 a 38	R\$ 242,70
39 a 43	R\$ 279,40
44 a 48	R\$ 340,70
49 a 53	R\$ 403,40
54 a 58	R\$ 525,70
59 ou mais	R\$ 676,30

LIGUE E SAIBA MAIS:

Ruth Camanho

(51) 9 9272 4608

E-MAIL:

ruth.camanho@afpergs.com.br

INFORMAÇÕES E ADESÕES:

Secretaria ASTEC: (51) 3217.2921

atendimento@astecmpa.com.br